



Avaliação Participativa 2002-2006

ÍNDICE

I. Prefáciopág. 03

Valorizando a troca de experiências para o fortalecimento das entidades de direitos humanos

- a) Por que avaliar?

II. Metodologia e estrutura da publicação: a importância da avaliação sistemática e participativa de projetos sociaispág. 04 e 05

- a) Dois projetos, um único objetivo

III. Contexto e histórico de implementação dos projetospág. 06 e 07

- a) Hemisfério Sul: Redemocratização, persistência de violações aos direitos humanos e fortalecimento da sociedade civil
- b) Ficha técnica dos Projetos

IV. Experiência 1: Produção de conhecimento, educação e mobilização em rede...pág. 08 a 20

- a) Objetivos
- b) Principais atividades desenvolvidas e resultados atingidos
 - b.1) Produção de Conhecimento: Revista Sur, Rede Sur e Grupos Temáticos de Reflexão
 - b.2) Educação: Colóquio Internacional de Direitos Humanos
 - b.3) Mobilização em Rede: Rede DiálogoDH e atividades relacionadas à ONU

V. Experiência 2: Acesso à justiçapág. 21 a 26

- a) Objetivos
- b) Principais atividades desenvolvidas e resultados atingidos
 - b.1) Instituto Pro Bono
 - b.2) Programa Artigo 1º

VI. Importância das parcerias e relação com PNUD/Brasilpág. 27 a 29

- a) Principais parceiros envolvidos nos projetos da Conectas desde 2002
- b) Avaliação participativa: a opinião de alguns parceiros sobre nosso trabalho
- c) Relação com PNUD/Brasil

VII. Recursos e desenvolvimento institucionalpág. 30 a 32

- a) Sobre Financiamento e Sustentabilidade Organizacional
- b) Captação de Recursos a partir de 2006

VIII. Lições aprendidas e recomendaçõespág. 33 a 35

- a) Produção de Conhecimento, Educação e Mobilização em Rede
- b) Acesso à Justiça

IX. Considerações finaispág. 36

Anexo 1 – Tabelas descritivas por projetopág. 37 a 45

Valorizando a troca de experiências para o fortalecimento das entidades de direitos humanos

A presente publicação baseia-se no processo de avaliação dos Projetos Direitos Humanos em Rede (BRA/02/H02) e Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos (GLO/04/H01), implementados pela Conectas Direitos Humanos, organização não-governamental internacional com sede em São Paulo (Brasil). Tais projetos, iniciados respectivamente em 2002 e 2004, foram financiados majoritariamente pela Fundação das Nações Unidas (UNF) e administrados em estreita cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil.

Buscando ir além de uma cooperação puramente administrativa, nós, PNUD e Conectas, nos propusemos a avaliar em parceria os projetos mencionados acima de forma participativa e contínua (ver metodologia).

Tal parceria só foi possível por termos nos preocupado, desde o início, em elaborar uma resposta conjunta à seguinte pergunta: por que queremos avaliar esses projetos sociais? Em outros termos, quais seriam as qualidades resultantes do processo de avaliação de nossos projetos? As respostas a essa pergunta, expostas no quadro ao lado, são o eixo dessa publicação.

Acreditamos, assim, que a avaliação deva ir além de simples relatos de resultados atingidos ou de processos executados. O processo de avaliação deve ser, acima de tudo, um processo de aprendizagem e (re) definição de estratégias e rumos.

POR QUE AVALIAR?

- 1) Verificar se fizemos o que nos propusemos a fazer e, assim, prestar contas de nossas ações não apenas aos financiadores, mas a todos aqueles envolvidos em nossos projetos;
- 2) Descobrir em que aspectos os projetos foram bem e mal-sucedidos e quais foram as principais lições aprendidas em cada caso;
- 3) Intensificar as ações e processos eficazes além de identificar formas de replicabilidade de experiências bem-sucedidas em contextos distintos;
- 4) Buscar a sustentabilidade dos projetos, planejando nosso futuro a partir do que aprendemos com a avaliação.

Avaliar projetos sociais, e mais especificamente de direitos humanos, não é tarefa simples pois exige, entre outros: coragem para enfrentar o desconhecido, criatividade para adaptar ferramentas de avaliação muitas vezes não concebidas para o campo social, determinação para cumprir todo o processo e paciência para entender a natureza de longo-prazo do impacto de nossas ações.

Ao comunicarmos nossos principais sucessos e desafios nesses quatro anos, reiteramos o agradecimento a todos aqueles que acreditam e participam da consolidação da Conectas Direitos Humanos e reforçamos nossa aposta na troca de experiências como ferramenta essencial para o fortalecimento das entidades de direitos humanos.

À luz da confiança em parcerias sólidas, esperamos que as informações aqui compartilhadas sirvam de estímulo ao fortalecimento da prática de avaliação por outras organizações da sociedade civil em suas lutas incessantes por sociedades mais justas e igualitárias.

Metodologia: a importância da avaliação sistemática e participativa de projetos sociais

Desde 2002, com o início do Projeto Direitos Humanos em Rede, nos dedicamos à avaliação sistemática das atividades e dos resultados atingidos pelos nossos principais programas. Foram, assim, anos de intenso trabalho: elaboração de diversos relatórios de progresso anuais (*progress-reports*), avaliação de atividades específicas por consultores externos, realização de consultas junto ao público beneficiado, atividades internas e conversas com os mais diversos parceiros envolvidos em nossas ações.

Parte do trabalho de avaliação foi feito à distância - por telefone e internet - pelos profissionais da Conectas Direitos Humanos e do PNUD que estiveram diretamente envolvidos no acompanhamento e avaliação dos projetos. No entanto, apesar dos avanços tecnológicos e facilidade de comunicação, a realização de um encontro presencial foi fundamental para sistematização e análise conjunta dos caminhos percorridos nesses últimos quatro anos. O encontro aconteceu entre os dias 16 e 24 de Janeiro de 2006, em São Paulo - Brasil.

Participaram desse encontro, representando a Conectas Direitos Humanos: Malak Poppovic e Oscar Vilhena Vieira (diretores da organização), Andre Degenszajn, Daniela Ikawa, Eloísa Machado, João Pedro Brandão, Juana Kweitel, Julia Neiva, Laura Mattar, Lucia Nader e Marcos Fuchs. Representando o PNUD/Brasil, participaram Guilherme de Almeida (**cargo**), Ana Rosa Soares (**cargo**) e Denise Kipman (**cargo**).

Além da equipe da Conectas e do PNUD, convidamos alguns de nossos principais parceiros¹ e contamos com experiência de moderadores autônomos e consultores de sustentabilidade organizacional².



Pode-se dizer que esses oito dias de trabalho em equipe colocaram em perspectiva diversos processos de avaliação que vínhamos desenvolvendo desde 2002. Para preparar esse encontro, nos dedicamos à sistematização das atividades realizadas pela Conectas tanto em relação ao que estava previsto nos projetos como também a ações não previstas, porém realizadas. O conteúdo completo dessa sistematização encontra-se ao final dessa publicação (anexo 1).

Essa publicação é, então, relato fiel das principais constatações às quais chegamos neste encontro presencial e ao longo dos processos de avaliação pelos quais passamos desde o início dos projetos.

¹ Célia Cruz (Ashoka Empreendedores Sociais), Conceição Paganele (AMAR - Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco) e Joana Zylbersztajn (Centro de Direitos Humanos - CDH).

² Fernanda Papa e Cássio França, especialistas em moderação de processos grupais e processos de avaliação de organizações não-governamentais, foram contratados como moderadores autônomos. Além disso, contamos com os serviços de consultoria de Anne Travers, especialista em desenvolvimento institucional.

Estrutura da Publicação: dois projetos, um único objetivo

Segundo definição da ONU, um projeto é um empreendimento planejado que consiste num conjunto de atividades inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro dos limites de um orçamento e de um período de tempo dado. (COHEN e FRANCO).

Como mencionado anteriormente, essa publicação é baseada no processo de avaliação dos projetos Direitos Humanos em Rede (agosto de 2002 a fevereiro de 2006) e Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos (março de 2004 a fevereiro de 2006).

No entanto, apesar de formalmente distintos, os dois projetos foram implementados pela Conectas Direitos Humanos, de forma coordenada, visando contribuir para a realização de um único objetivo: promover o respeito aos direitos humanos por meio do fortalecimento de ativistas e acadêmicos no Brasil e no hemisfério sul (África, Ásia e América Latina) e fomentar sua interação com as Nações Unidas.

"Promover o respeito aos direitos humanos por meio do fortalecimento de ativistas e acadêmicos no Brasil e no hemisfério sul e fomentar sua interação com as Nações Unidas"

Para fins didáticos, as constatações aqui apresentadas não serão separadas por projeto, mas sim em dois grandes eixos temáticos: (1) Produção de conhecimento, Educação e Mobilização em Rede; e (2) Acesso à Justiça. Ao final dessa publicação (anexo 1) encontram-se tabelas descritivas detalhadas de todas as atividades previstas e realizadas em cada projeto.



Cada um dos eixos corresponde aos capítulos dessa publicação denominados de "Experiência 1" e "Experiência 2". Vale mencionar que tais capítulos são precedidos por uma apresentação sobre o contexto e histórico de sua implementação.

Esperamos que essa abordagem temática, além de facilitar a compreensão do leitor, possibilite um panorama amplo das principais atividades desenvolvidas pelos projetos Direitos Humanos em Rede e Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos, que representam os principais focos de atuação da Conectas Direitos Humanos.

Hemisfério Sul: redemocratização, persistência de violações aos direitos humanos e fortalecimento da sociedade civil

A partir dos anos 80, o estabelecimento ou retorno à democracia em grande parte dos países do hemisfério sul – África, América Latina e Ásia – criou uma expectativa de todos em relação a um maior respeito dos direitos humanos. A proliferação de tratados internacionais, firmados no âmbito das Nações Unidas e de outras organizações multilaterais, aumentou ainda mais a esperança de que assistiríamos a uma franca decadência de Estados violadores dos direitos fundamentais.

Na prática, no entanto, a realidade mostrou-se diferente: tanto a violação dos direitos humanos quanto a insegurança social persistem nos países em desenvolvimento. Seja por incapacidade ou falta de vontade política, muitos Estados não asseguram aos seus cidadãos tais direitos fundamentais.

Por outro lado, os processos de (re) democratização abriram espaço para o fortalecimento de novos atores da sociedade civil na defesa de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Os contextos, as formas de atuação e os desafios enfrentados por organizações da sociedade civil, ativistas e acadêmicos que lutam pela efetivação dos direitos humanos em países do sul são muitas vezes similares. Acreditamos, assim, que o fortalecimento dos elos entre esses atores pode potencializar o sucesso de suas ações e contribuir para a efetivação dos direitos humanos.

Outra similaridade entre os países do sul é a relação estabelecida por suas entidades de defesa e promoção dos direitos humanos com seus pares no hemisfério norte. Com o processo de abertura política e o conseqüente fortalecimento da sociedade civil desses países, seria de se esperar que o importante papel desempenhado pelas organizações do norte na luta pelo restabelecimento da democracia fosse, aos poucos, transferido àqueles que lidam diariamente com as especificidades de cada país. No entanto, as disparidades entre as organizações do norte - em sua maioria visíveis, sustentáveis e de alta credibilidade - e as organizações do sul - pouco visíveis e com difícil acesso a recursos - não diminuíram.

“Aqueles que trabalham pelos direitos humanos no Sul precisam cooperar para aperfeiçoar alcance e credibilidade de suas ações em seus próprios contextos e na arena internacional [...] pois as populações desses países são as menos atendidas pela infra-estrutura legal de direitos já existente”

Oscar Vilhena Vieira, diretor executivo da Conectas Direitos Humanos

Em suma, tanto a participação em redes internacionais de cooperação quanto o acesso a recursos e práticas bem sucedidas em âmbito local e internacional são de extrema importância para que os novos atores que lutam pelos direitos humanos em países do sul tenham êxito. A importância dessas demandas foi reafirmada pelos 210 ativistas e 60 professores participantes das duas primeiras edições do Colóquio Internacional de Direitos Humanos (2001 e 2002).

Nesse contexto, visando construir um ambiente colaborativo, fortalecer a troca de experiências entre as organizações, ativistas e acadêmicos de direitos humanos do hemisfério sul e promover

o acesso à justiça, foram implementados os Projetos Direitos Humanos em Rede e Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos, pela Conectas Direitos Humanos entre 2002 e 2006.

Ficha Técnica dos Projetos Avaliados

DIREITOS HUMANOS EM REDE

Nome Oficial

Direitos Humanos em Rede – Diálogo Sul-Sul

Código junto ao PNUD

UDP-BRA-01-219

Paz, Segurança e Direitos Humanos

Início das atividades

Agosto de 2002

Final das Atividades

Fevereiro de 2006

Objetivo geral

Fortalecer as organizações e ativistas de direitos humanos da América Latina, África e Ásia por meio de uma rede cooperativa de troca de informações e experiências e da aproximação destes com a ONU.

Objetivos específicos

1. Promover a capacitação das organizações de direitos humanos, utilizando as novas tecnologias de informação e comunicação, para o desenvolvimento do acesso à informação, mútuo aprendizado e assessoria jurídica;
2. Prover materiais pedagógicos de educação à distância com intuito de contribuir para a capacitação de ativistas de direitos humanos em âmbito local;
3. Prover aos membros da Rede notícias relacionadas aos direitos humanos bem como estabelecer um diálogo público com a mídia;
4. Oferecer assessoria jurídica e serviços jurídicos pro bono às organizações integrantes da Rede para intervir em casos de violações dos direitos humanos, utilizando instrumentos domésticos e internacionais.

SUR

Nome Oficial

Sur- Rede Universitária de Direitos Humanos

Código junto ao PNUD

UDP-GLO-03-280

Programa Global de Universidade

Início das atividades

Março de 2004

Final das Atividades

Fevereiro de 2006

Objetivo geral

Desenvolver uma rede de acadêmicos que trabalhem juntos com a missão de fortalecer a voz das universidades do sul em relação aos direitos humanos e justiça social, e fortalecer os elos entre eles e a ONU.

Objetivos específicos

1. Fortalecer a educação e treinamento em direitos humanos nas universidades do sul bem como o intercâmbio de experiências e estratégias para o desenvolvimento de currículos de direitos humanos nas universidades;
2. Promover pesquisas comparativas entre os membros da Rede Sur sobre temas comuns às universidades envolvidas;
3. Desenvolver e apoiar a litigância e outras práticas jurídicas em direitos humanos, dentro e fora das universidades, visando promover o acesso à justiça.

A realização desses projetos só foi possível em razão da confiança inicial da Fundação das Nações Unidas e da Fundação Ford, responsáveis pelos recursos centrais da organização.

Foram, ainda, fundamentais na implementação dos projetos os seguintes parceiros: Ashoka Empreendedores Sociais, Fundação Avina, Natura Cosméticos, Open Society Institute e Tinker Foundation (ver capítulo VII sobre recursos, custos e estratégias de sustentabilidade).

EXPERIÊNCIA 1

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO, EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO EM REDE

Em linhas gerais, as atividades na área de produção de conhecimento, educação e mobilização em rede foram desenvolvidas visando:

Capacitar múltiplos atores que trabalham em direitos humanos, por meio de metodologia prática e horizontal, contribuindo para a desfragmentação do movimento de direitos humanos do sul;

Propiciar experiências colaborativas entre ativistas, acadêmicos e organizações de direitos humanos do sul bem como promover a utilização de mecanismos internacionais, especialmente da Organização das Nações Unidas (ONU), por esses atores;

Produzir e disseminar conhecimento em direitos humanos no hemisfério sul, com visão crítica e com aprofundamento do estudo de temas relevantes e poucos debatidos.

Educação



Mobilização em Rede



Produção de conhecimento

Buscando atingir os objetivos acima, diversas ações e atividades foram desenvolvidas no campo da produção de conhecimento, educação e mobilização em rede pelos direitos humanos (ver tabelas no anexo 1).

Algumas dessas atividades merecem análise e descrição mais aprofundadas, nas páginas a seguir, tanto pelos resultados atingidos quanto por suas características inovadoras no campo de promoção e proteção dos direitos humanos.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos

Lançada em 2004, a Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos é uma publicação semestral editada em inglês, português e espanhol, produzida nas versões impressa e on-line (www.surjournal.org) e distribuída gratuitamente a mais de 100 países.

A Revista Sur tem como principal objetivo aproximar e estabelecer um canal de comunicação entre ativistas e acadêmicos dedicados à promoção e defesa dos direitos humanos, com ênfase em temas específicos ou candentes no hemisfério sul. Com esse fim, a Revista Sur pretende ampliar espaços para reflexão e debate crítico em direitos humanos.

Vale mencionar que o lançamento da Revista Sur foi precedido, em 2003, por uma série de pesquisas preliminares, que buscaram identificar as características das revistas acadêmicas de direitos humanos já existentes. Pelas pesquisas, confirmou-se a inexistência de publicação similar, com ênfase no hemisfério sul.

Os resultados foram surpreendentes e aumentaram nossa crença na necessidade de realização da Revista Sur em razão de seu caráter inovador. Há poucas revistas acadêmicas de direitos humanos produzidas no sul, sendo que nenhuma das que têm alcance mundial demonstra preocupação em tratar os direitos humanos à luz dos contextos e desafios dos países em desenvolvimento.

Os resultados dessas pesquisas continuam nos orientando e ficamos satisfeitos que grande parte dos artigos da Revista Sur produzidos até o momento é ligada a temas e experiências locais e regionais de países do sul. Muitos desses artigos guardam relação intrínseca com os temas tratados nos Grupos Temáticos de Reflexão e no Colóquio Internacional de Direitos Humanos (abaixo, mais detalhes sobre essas atividades).

Até o momento, foram produzidos três números da Revista Sur, em três idiomas (português, espanhol e inglês). Vale ressaltar que os projetos originais previam a publicação em apenas duas edições (português/espanhol e inglês), porém optamos pela publicação em três idiomas visando à ampliação dos benefícios aos leitores e do impacto da Revista no movimento de direitos humanos e na academia.



Com relação à estrutura de gerenciamento e corpo editorial da Revista Sur, foram criados: Comitê Executivo, Conselho Editorial Internacional e Conselho Consultivo. Essas três instâncias têm atuação e funções complementares, visando garantir a harmonia entre o processo de tomada de decisão internacional e processo operacional de impressão e distribuição da Revista.

Em curto período de existência, a Revista Sur vem ocupando o vazio de publicações acadêmicas de direitos humanos com foco no hemisfério sul, demonstrado pela pesquisa preliminar citada acima.

Saiba mais....

Revista Sur - Estrutura de Gerenciamento e Corpo Editorial

Comitê Executivo

Sediado em São Paulo, é responsável pela elaboração e distribuição do *call for papers*, pela coordenação do recebimento de artigos, pela supervisão do trabalho de tradução e edição dos artigos e pela impressão e distribuição dos exemplares da Revista Sur.

Conselho Editorial Internacional

Composto por dez especialistas internacionais é o órgão responsável pela escolha dos temas e seleção dos artigos a serem publicados. Durante o processo de seleção, os membros do Conselho Editorial revisam, em pares, todos os artigos previamente selecionados pelo Comitê Executivo.

Conselho Consultivo

Composto por 30 acadêmicos e ativistas de direitos humanos de 18 países distintos, é consultado pelo editor da Revista para a tomada de decisões importantes, bem como para a indicação de novos autores.

Mais informações em www.surjournal.org

Resultados...

Dentre seus principais resultados, destacam-se:

- Integração entre a Revista Sur e as ações mais amplas da Rede Sur;
- A Revista tornou-se um elo e um catalisador para a troca de informação e comunicação entre os membros da Rede Sur, além de um instrumento para a veiculação de pesquisas e debates;
- Impacto da Revista nos países onde a literatura sobre direitos humanos é escassa - sendo utilizada, inclusive, como material de educação em direitos humanos;
- Repercussão positiva da Revista junto aos seus parceiros e assinantes, bem como junto às mais prestigiosas bibliotecas da Europa e dos Estados Unidos, hoje assinantes da Revista Sur;
- Construção de um diálogo sul-sul e sul-norte acerca de temas tradicionalmente não abordados por organizações de direitos humanos;
- Construção efetiva de uma ponte entre a prática e o estudo dos direitos humanos.

Em 2006-2007, pretendemos ampliar a discussão sobre os temas abordados por essa Revista por meio da realização de encontros presenciais³ e de discussões no Portal ConectaSur.

Rede Sur e Grupos Temáticos de Reflexão

Nas últimas décadas muitas universidades do Sul criaram relevantes programas de direitos humanos. Estes programas têm sido cruciais para a produção de conhecimento e para a formação de profissionais de diversas áreas que contribuirão para a realização dos direitos humanos.

Visando o fortalecimento desses programas, Conectas promove, desde 2002, o estabelecimento de parcerias e colaboração entre iniciativas nesta área.

Dentre as principais ações, destaca-se a criação e facilitação da Rede Sur, uma rede de acadêmicos da área de direitos humanos composta atualmente por mais de 180 integrantes de

³ Alguns centros de pesquisa e universidades atuantes na área dos direitos humanos já foram contatados para esse fim, destacando-se: Columbia University, University of Notre Dame, nos Estados Unidos, e University of Essex, no Reino Unido; Universidad Nacional de Chile, Universidad Iberoamericana/México, Universidad de Buenos Aires na América Latina e University of Ghana, Pretoria University, American University in Cairo e Cairo University no continente africano.

aproximadamente 45 países. Criada em maio de 2002, durante um encontro de acadêmicos e representantes da ONU de 14 países⁴, as atividades da Rede Sur são realizadas em três frentes:

- 1) Troca de informações e experiências entre seus integrantes, por meio do Portal ConectaSur;
- 2) Realização de reuniões estratégicas regionais para aprofundar colaborações e pesquisas, além de consolidar a ligação entre os membros;
- 3) Elaboração e realização de Grupos Temáticos de Reflexão.

Com relação às reuniões estratégicas regionais, foram realizados nove encontros entre membros da Rede Sur, conforme descrição abaixo:



- Quatro encontros internacionais desde 2002 promovidos durante a realização anual do Colóquio Internacional de Direitos Humanos;
- Um encontro durante o Simpósio Internacional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos, co-organizado pela Rede Sur, na Universidade de Columbia em Nova York (Estados Unidos), em 2003;
- Três encontros regionais africanos durante os *Moot Courts*, em Yaoundé (Camarões, 2003), Dar es Saalam (Tanzânia, 2004) e Johannesburgo (África do Sul, 2005);
- Um encontro da Rede Sur com UNESCO Chairs para Oriente Médio e norte da África, no Cairo (Egito), em 2004.

Vale destacar, ainda, que após o encontro realizado no Cairo houve a criação de uma rede regional de educação em direitos humanos e da Fundación Sur Argentina, fruto da boa integração entre os integrantes latino-americanos da Rede Sur.

Quanto aos Grupos Temáticos de Reflexão, foram realizados desde 2002 encontros nas seguintes áreas consideradas fundamentais para a promoção e proteção dos direitos humanos em países do sul:

- 1) Acesso à Justiça (dois encontros);
- 2) Segurança e Direitos Humanos (um encontro - e uma ação coletiva junto à OEA, realizada a partir do encontro)⁵;
- 3) Comércio e Direitos Humanos (um encontro e uma oficina de capacitação⁶).

A realização desses encontros foi de fundamental importância para a Rede Sur pois os encontros tradicionais de direitos humanos são muitas vezes insuficientes para o

⁴ Reunidos em São Paulo, Brasil, para o II Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

⁵ Em parceria com WOLA - Washington Office on Latin América e Viva Rio.

⁶ Em parceria com IDCID - Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento.

desenvolvimento de uma perspectiva do Sul Global sobre direitos humanos e temas correlacionados.

Saiba Mais...

Grupo de Reflexão sobre Comércio Internacional e Direitos Humanos

- ✓ Artigos debatidos no Grupo foram publicados no número 3 da Revista Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos;
- ✓ Membros do Grupo no Brasil trabalharam juntos na elaboração de uma Ação Civil Pública para o acesso ao tratamento de HIV/AIDS no Brasil;
- ✓ Conectas organizou junto com a Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos) um seminário sobre Comércio Internacional e Direito à Saúde;
- ✓ Membros do Grupo estão publicando o "Guia Prático sobre Comércio Internacional e Outros Acordos Comerciais para Defensores de Direitos Humanos" em espanhol;
- ✓ Membros do Grupo estão trabalhando na organização de um seminário e em uma apresentação na Organização Mundial do Comércio para defender o direito à saúde e ao meio ambiente saudável.

Desde o início da realização desses encontros, os principais resultados constatados entre os professores e especialistas que deles participaram foram:

- Colaboração entre professores para a elaboração de estratégias mais eficientes no fortalecimento da cultura de direitos;
- Estímulo à produção acadêmica em temas centrais de direitos humanos;
- Troca de recursos e conhecimento entre universidades e entre estas e outras organizações não-governamentais ou inter-governamentais;
- Elaboração de uma agenda comum voltada à promoção de direitos humanos relacionados ao acesso à justiça, à segurança e ao comércio.

De maneira geral, como pode ser observado, os resultados obtidos pelas atividades descritas contribuíram para o fortalecimento dos elos entre os membros da Rede Sur, além de seu fortalecimento institucional como ator na área dos direitos humanos.

Colóquio Internacional de Direitos Humanos

O Colóquio Internacional de Direitos Humanos é um evento anual de capacitação, troca de experiências e ação conjunta em direitos humanos voltado a ativistas do hemisfério sul, realizado anualmente desde 2001 (ano anterior ao início dos projetos junto ao PNUD).



Em suas três primeiras edições, o Colóquio foi organizado pelo Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos- acordo de cooperação entre a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a Universidade de São Paulo (USP), e a Universidade de Columbia - New York⁷.

A partir de sua IV edição, em 2004, o evento passou a ser integralmente organizado pela Conectas Direitos Humanos, que assumiu a responsabilidade pela preparação e realização do Colóquio.

O principal objetivo do Colóquio é promover o fortalecimento das ações e da voz dos ativistas e organizações do Sul Global objetivando a efetiva realização dos direitos humanos e da democracia.

Durante seus cinco anos de existência, o Colóquio estabeleceu-se como um espaço para capacitação e educação de ativistas de direitos humanos a partir de uma perspectiva do Sul. Nas suas primeiras edições, os participantes vinham principalmente da América Latina e África. Sua abertura progressiva à Ásia e ao Leste Europeu o transformou em um espaço privilegiado para a elaboração de uma agenda de ação para os principais desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento.

⁷ O Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos foi um acordo de cooperação entre a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e a Columbia University, de Nova York, EUA, firmado em 1998 em comemoração aos 50 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Os encontros reuniram, até hoje, mais de 570 ativistas e acadêmicos de mais de 40 países da América Latina, África e Ásia. Muitos participantes mantêm, através das Redes DiálogoDH e Sur, contato permanente para troca de informações e promoção de ações conjuntas relativas às questões prementes de direitos humanos no hemisfério sul.

Cumprir lembrar ainda que a fim de ampliar o envolvimento de ativistas, a Conectas buscou utilizar métodos pedagógicos participativos como, por exemplo, grupos de trabalho em que as atividades se desenvolvem por meio de aprendizagem horizontal (*peer-learning*), promovendo espaços de troca de experiência e informação.

É importante citar também as parcerias estabelecidas ao longo dos últimos cinco anos para a realização do programa. Desde 2002, a Conectas consolidou parceria com diversos atores, em especial com universidades, como a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Uma outra característica importante do Colóquio é o fato de ter sido enfatizado temas ligados à ONU – em 2004, por exemplo, o tema central do Colóquio foi: “Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU: desafios para os direitos humanos?”. Em todas as edições, temas relacionados à ONU foram transversais às atividades desenvolvidas.

Saiba mais...

Colóquio Internacional de Direitos Humanos

O que é?

Evento anual de capacitação, troca de experiências e ação conjunta em direitos humanos.

Quem participa?

Ativistas e Acadêmicos de Direitos Humanos de países da África, Ásia e América Latina.

Por que é inovador?

- 1) Reúne, em um mesmo encontro, iniciativas que visam à capacitação e a troca de experiências entre ativistas e acadêmicos de direitos humanos do hemisfério sul;
- 2) Aborda temáticas específicas do hemisfério sul; e
- 3) Acontece simultaneamente em 3 idiomas (inglês, português e espanhol).

Quais são os principais resultados?

- * Quatro Colóquios realizados desde 2002, em três línguas;
- * Encontro tornou-se referência no âmbito de educação em direitos humanos por reunir diversos atores em um mesmo espaço;
- * Aprimoramento constante a partir dos resultados de avaliação externa;
- * Surgimento de duas redes a partir dos Colóquios — Rede DiálogoDH e Rede Sur;
- * Elaboração de materiais de educação à distância a partir das exposições do Colóquio.

Resultados...

Os principais resultados atingidos depois de cinco edições podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- Quatro Colóquios realizados desde 2002 (no período coberto pelos projetos) em três línguas;
- Encontro tornou-se referência no âmbito de educação em direitos humanos para ativistas e organizações da sociedade civil, visto que se consolidou como um espaço para aproximar ativistas, acadêmicos, ONU, parceiros e financiadores;

- Aprimoramento constante - todos os Colóquios foram avaliados por uma consultoria externa (FGV-SP) e os resultados levados em consideração na elaboração dos próximos encontros;
- Construção de duas redes – Rede DiálogoDH e Rede Sur, a partir dos Colóquios e em resposta a uma demanda dos participantes (ver item “Mobilização em Rede”);
- Elaboração de materiais de educação à distância a partir das exposições do Colóquio como o cd-rom “Questões e Idéias Contemporâneas sobre Direitos Humanos” (1200 exemplares), 2002/2003 e o vídeo “Um Diálogo pela Igualdade” em três línguas (2002).

A partir de 2004, houve tentativas de diversificação da localização do evento com consultas a universidades, por meio dos integrantes da Rede Sur. Assim, foram consideradas possibilidades de realização do Colóquio em universidades da África do Sul e desenvolvida parceria com a Universidade de Ghana para a realização de um "mini-colóquio", em 2006. Dificuldades logísticas e organizacionais, principalmente com relação à constituição de uma secretaria executiva com capacidade de gerenciar o evento, impediram a realização do Colóquio na África do Sul. No entanto, foram realizados dois encontros nesses países. O primeiro em parceria com o African Human Rights Moot Court Competition, promovido pelo Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretoria, que contou com a participação de professores de direitos humanos e direito internacional de diversos países africanos. O segundo, organizado pela Universidade de Ghana e pela Media Foundation for West Africa e coordenado por um professor da Rede Sur, consistiu em um programa de treinamento de duas semanas, nos moldes do Colóquio Internacional, oferecido a ativistas de direitos humanos de países africanos.

Em 2006, como consequência da sistemática avaliação dos resultados dos Colóquios anteriores, pretendemos continuar a aprimorar o formato e estrutura pedagógica do encontro. Buscaremos integrar, ainda mais, acadêmicos e ativistas, por meio de maior convergência das atividades. Pretendemos, ainda, promover espaços de interação entre as Redes DiálogoDH e Sur.

Além do Colóquio Internacional de Direitos Humanos, Conectas promoveu, desde 2002, diversos seminários regionais das redes DiálogoDH e Sur, seminários temáticos e cursos pontuais de direitos humanos (ver tabelas anexo 1).

Rede DiálogoDH

A DiálogoDH é uma rede de ativistas e profissionais de direitos humanos do hemisfério sul (África, Ásia e América Latina) que tem como intuito fortalecer a voz e a ação dos ativistas de direitos humanos, por meio do intercâmbio de experiências e de colaboração solidária entre seus integrantes. A Rede foi criada em 2002, a partir da iniciativa dos participantes do Colóquio Internacional de Direitos Humanos.

Saiba mais...

Histórico da Rede DiálogoDH

A idéia de se criar uma rede de ativistas de direitos humanos do hemisfério sul surgiu após o I Colóquio Internacional de Direitos Humanos, realizado em São Paulo, em 2001. O Colóquio tinha como objetivo a constituição de um fórum para discussão de ações que visassem garantir a efetivação dos direitos humanos nos países em desenvolvimento. Quando o encontro chegou ao fim, seus 130 participantes, especialistas e voluntários envolvidos indicaram a necessidade de construção de um mecanismo que possibilitasse a continuidade dos vínculos estabelecidos durante o Colóquio. A proposta de criação de uma rede foi, então, apresentada no II Colóquio, como resposta a essa demanda de consolidação e aprofundamento da colaboração que havia se iniciado durante o curso.

Compõem atualmente a Rede DiálogoDH, 570 ativistas de direitos humanos, de 47 países do hemisfério sul que participaram de uma das cinco edições anuais do Colóquio Internacional de Direitos Humanos e que estão promovendo um diálogo contínuo, troca de experiência e ação entre ativistas e acadêmicos para:

- Romper o isolamento no qual grande parte dos ativistas e acadêmicos se encontra
- Compartilhar experiências e conhecimento
- Adquirir habilidades necessárias para profissionalizar suas ações
- Ampliar seu alcance
- Aumentar sua presença e influência no sistema ONU
- Colaborar e desenvolver alianças onde houver potencial para trabalhar em agendas de intervenção conjuntas



Os integrantes da Rede compartilham experiências, trocam informações e desenvolvem iniciativas em conjunto por meio da criação de grupos de trabalho temáticos ou regionais; da criação de espaço virtual para facilitar comunicação (Portal ConectaSur) e da promoção de atividades presenciais (encontros da Rede DiálogoDH e participação de ex-participantes do Colóquio Internacional de Direitos Humanos).

A Conectas é responsável por ajudar na organização, captação de recursos e desenvolvimento de iniciativas em rede; facilitar a comunicação dentro da rede e prover um espaço virtual para encontros, troca de informação e colaboração. Para isso, desenvolveu o portal ConectaSur, disponibilizando ferramentas interativas de comunicação, espaço para criação de perfis pessoais dos integrantes das redes e para a inserção de notícias e comunicações diretamente por parte dos usuários do portal.

Resultados...

Os principais resultados alcançados na área de mobilização pode ser sistematizados nas seguintes atividades:

- Realização de cinco ações temáticas juntos aos integrantes da Rede
- Desenvolvimento de dois grupos de trabalho temáticos, sobre discriminação e defensores de direitos humanos
- Indicação e premiação de integrantes da Rede pelo trabalho desenvolvido no campo dos direitos humanos
- Ampliação da participação de ativistas de países africanos de língua portuguesa na Rede DiálogoDH a partir do programa de Intercâmbio em Direitos Humanos
- Consolidação e ampliação dos recursos do portal

Em três anos, a Rede DiálogoDH desenvolveu diversas atividades, destacando-se:

1) Ações temáticas relacionadas à ONU (mais detalhes págs. 17 e 18):

- o Informe Alternativo sobre as Metas do Milênio – elaborado por 11 membros de 8 países da América Latina como produto do V Colóquio (outubro, 2005).
- o Campanha contra a repressão às ONGs de Direitos Humanos no Zimbábue (outubro, 2004);
- o Campanha na Comissão de Direitos Humanos da ONU (CDH) pela resolução sobre orientação sexual (março, 2004);
- o “Mês da ONU” - capacitação sobre o Sistema das Nações Unidas (outubro, 2003);
- o Campanha pelo restabelecimento dos direitos humanos na Bolívia (dezembro, 2003);

2) Outros grupos de trabalho temáticos:

- o Direitos humanos e discriminação na América Latina: produção de documento contendo diagnóstico dos países envolvidos (2005-2006);
- o Defensores de Direitos Humanos: envolvendo ativistas de Nepal, Índia e Zimbábue (em andamento).

3) Indicação de membros da Rede DiálogoDH para diversos prêmios e oportunidades:

Alguns exemplos recentes:

- o Otto Saki, Zimbábue, vencedor do Prêmio Reebok 2006
- o Indicação e participação de 3 integrantes em cursos/estágios como Third Millenium – NY (2º semestre 2005) e Tallberg Fórum (Suécia, julho/2005), entre outros.

4) Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos:

- o Incorporação à DiálogoDH dos intercambistas de Angola, Moçambique e Timor Leste, que fazem parte desse programa, desenvolvido em parceria com o Instituto Open Society.

5) Colaboração com outras redes

Além de suas próprias atividades e campanhas, os integrantes da Rede DiálogoDH e os responsáveis na Conectas Direitos Humanos pela facilitação desta rede buscam, desde sua criação,

interagir e colaborar com outras iniciativas existentes de trabalho em rede pelos direitos humanos, tais como:

- o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH),
- o Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH),
- o Rebrip – Rede Brasileira Pela Integração dos Povos,
- o Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (ANCED),
- o Plataforma Dhesc,
- o Ashoka Empreendedores Sociais,
- o New Tactics for Human Rights,
- o Grupo de Organizações de Direitos Humanos da Região da América Latina,
- o Observatório Mercosur de Políticas Públicas en Derechos Humanos,
- o Coalición de Derechos Humanos,
- o GFN - Global Facilitation Network for Security Sector Reform,
- o Civicus.

Atividades relacionadas à ONU

Desde o início dos projetos, Conectas dedica-se ao fortalecimento das relações entre os ativistas e os acadêmicos do hemisfério sul com a ONU.

Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas atividades relacionada à ONU nas seguintes áreas:

- 1) Informação e Pesquisa
- 2) Capacitação
- 3) Advocacy (Mobilização)

"I do not think I would have anything to do with Human Rights and particularly UN Millennium Development Goals if not for the Colloquium"

Minal Doshi, Índia
IV Colóquio Internacional de Direitos Humanos

Informação e Pesquisa

- **Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU - Relatório Alternativo** (publicado em outubro de 2005): resultado do IV Colóquio Internacional de Direitos Humanos, foi elaborado por 11 ativistas de direitos humanos, integrantes da Rede DiálogoDH, de oito países da América Latina.
- **"Política Externa e Direitos Humanos: o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da ONU"**: relatório lançado em São Paulo (Universidade de São Paulo - USP) em abril de 2005 e em audiência pública em Brasília (Câmara dos Deputados) em setembro de 2005.
- **"Observatório Reforma da ONU"**: Equipe de pesquisadores voluntários acompanhando e disseminando informação sobre a Cúpula do Milênio (setembro de 2005) e o processo de reforma da ONU (permanente).
- **Notícias e Ações Conjuntas**: publicação de notícias e disseminação de informação entre os integrantes das Redes DiálogoDH e Sur, bem como pelo Portal ConectaSur (permanente).

Atividades de Capacitação e Disseminação

- **"Os Direitos Humanos na Reforma da ONU"**: conferência especial promovida durante o V Colóquio Internacional de Direitos Humanos, com a participação de funcionários da ONU e do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (Outubro de 2005).
- **Participação em seminários sobre reforma da ONU**: à convite da Fundação Friedrich Ebert (FES), a Conectas participou dos seguintes seminários:
 - 1) "United Nations High Commissioner for Human Rights: The First Ten Years of the Office, and the Next", simpósio organizado em parceria com o Instituto de Direitos Humanos da Universidade de Columbia que contou com a presença dos Alto-Comissários da ONU para os Direitos Humanos José Ayala-Lasso, Mary Robinson e Sergio Vieira de Mello. Março de 2003, Nova York, Estados Unidos.
 - 2) "A Reforma da ONU e a Agenda do Desenvolvimento" - Julho de 2005, Rio de Janeiro, Brasil.
 - 3) "El Sistema Internacional en Debate", Agosto de 2005, Montevideo, Uruguay.

- 4) " Miradas sobre la Cumbre Mundial de las Naciones Unidas 2005" Novembro de 2005, Montevideo, Uruguay.
- 5) "Picking up the pieces: What to expect from the Peacebuilding Commission for Sustainable Peace and Development", Dezembro de 2005, Nova York, Estados Unidos.

- "Declaração e Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU: desafios para os direitos humanos" - V Colóquio Internacional de Direitos Humanos: realizado em São Paulo, Brasil, entre 10 e 16 de Outubro de 2005, reuniu 60 ativistas de direitos humanos de 23 países da África, Ásia e América Latina.
- "Mês da ONU" - Rede DiálogoDH: projeto de educação à distância (on-line) realizado durante o mês de Outubro de 2003. Os participantes, integrantes da Rede DiálogoDH, tiveram contato com as seguintes temáticas: (1) Acesso aos Mecanismos de Direitos Humanos da ONU; (2) Acesso à Justiça e ONU; (3) Direito à Saúde - HIV/AIDS.

Advocacy (Mobilização)

- Criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa: como resultado da audiência pública para apresentação da pesquisa "Política Externa e Direitos Humanos: o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da ONU" foi criado, em dezembro de 2005, o Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. O Comitê visa acompanhar a elaboração e execução da política externa brasileira no campo dos direitos humanos. Compõem o Comitê: comissões do legislativo (Câmara e Senado Federal), entidades governamentais (relacionadas às DST/AIDS), ONGs e agências da ONU. Conectas é responsável pela Secretaria Executiva. Em 2006, o Comitê tem como prioridade o acompanhamento do processo de reforma da ONU.
- Mobilização pela Consolidação do Conselho de Direitos Humanos:
 - (1) Fomento de atividades pelos integrantes da Rede DiálogoDH em seus respectivos países - 37 países da África, Ásia e América Latina. (novembro e dezembro de 2005);
 - (2) Carta enviada ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, com cópia a outros órgãos competentes, pedindo informações sobre o posicionamento do Brasil nas negociações. Documento elaborado em parceria com a ONG Justiça Global. (dezembro de 2005).
- Visita de Relatores Especiais da ONU ao Brasil: Conectas foi responsável pela organização das visitas de 4 relatores especiais a São Paulo para encontro com ativistas e acadêmicos de direitos humanos: (1) Leandro Despouy (Independência dos Juízes e Advogados) - 2004; (2) Asma Jahangir (Execuções Sumárias) - 2004; (3) Doudou Diène (Discriminação) - 2005; (4) Hina Jilani (Defensores de Direitos Humanos) - 2005.
- Grupo de Trabalho sobre Defensores de Direitos Humanos e Sistema ONU: grupo de trabalho temático envolvendo ativistas da Rede DiálogoDH de Brasil, Nepal, Índia, Zimbábue e África do Sul.
- Campanhas da Rede DiálogoDH: Campanha pelo restabelecimento dos direitos humanos na Bolívia (dezembro, 2003); Campanha contra a repressão às ONGs de Direitos Humanos no Zimbábue (outubro, 2004); e Campanha na CDH-ONU pela aprovação da resolução sobre orientação sexual (março, 2004);

PORTAL CONECTASUR

Um Portal pelos Direitos Humanos no Sul



Valorizando a inovação tecnológica, os integrantes da Rede DiálogoDH e da Rede Sur têm à sua disposição ferramentas modernas, interativas e descentralizadas de informação e comunicação por meio do Portal ConectaSur – Um Portal pelos Direitos Humanos no Sul.

Pelo Portal ConectaSur, os integrantes das Redes DiálogoDH e Sur podem:

- **Publicar notícias** sobre a situação dos direitos humanos em seu país, sobre seus projetos e sua organização ou universidade;
- **Escrever artigos** sobre assuntos que tem interesse em divulgar ou debater com outros integrantes da DiálogoDH e da Sur;
- **Participar de fóruns** de discussão e **bate-papos (chat)**;
- **Criar páginas pessoais** (perfis);
- **Encontrar outros integrantes da DiálogoDH e da Sur**, acessando seus perfis.

O Portal ConectaSur é administrado pela Conectas Direitos Humanos e alimentado diariamente pela equipe da Conectas e pelos próprios integrantes das Redes DiálogoDH e Sur.

Vale ressaltar que 70% dos acessos ao Portal ConectaSur é de fora do Brasil, confirmando a dimensão internacional dessa importante ferramenta à disposição de ativistas e acadêmicos de direitos humanos do sul.

Alguns indicadores do reconhecimento do Portal ConectaSur: Selo nota 10 – DHNet (Brasil) e presença em diversas listas de referência, como: American Bar Association (EUA), Civicus (África do Sul), GFN - Global Facilitation Network for Security Reform Sector (EUA), Columbia University (EUA), UNF- United Nations Foundation (EUA), Rits - Rede de Informação do Terceiro Setor (Brasil), entre outros.

EXPERIÊNCIA 2

ACESSO À JUSTIÇA

A área de justiça da Conectas Direitos Humanos, aqui apresentada como sendo a Experiência 2, tem como objetivo:

Promover o acesso à justiça, por meio da litigância paradigmática em direitos humanos, tanto no âmbito doméstico como na arena internacional, e pela litigância de interesse público.

Visando atingir esse objetivo, foram previstas diversas atividades relacionadas ao acesso à justiça e litigância em direitos humanos, destacando o Instituto Pro Bono e o Programa Artigo 1º de Advocacia Paradigmática.

Instituto Pro Bono

No que se refere à litigância de interesse público, o principal objetivo foi estimular a cultura de solidariedade entre a comunidade jurídica, de modo a promover e expandir os serviços *pro bono*⁸ no campo dos direitos humanos; tudo isso levando em conta a interface com a universidade.

Este objetivo, embora tenha sido discutido seu caráter bastante amplo, foi considerado atingido durante o processo de avaliação. E o foi principalmente porque o Instituto Pro Bono conseguiu mobilizar a comunidade jurídica para as questões que envolvem a advocacia de interesse público. O banco de horas de advogados voluntários do Instituto conta hoje com mais de 190 advogados cadastrados e 20 dos mais reconhecidos escritórios de advocacia brasileiros que atenderam centenas de demandas de ONGs.

Foi, inclusive, a criação e o funcionamento do Instituto no Estado de São Paulo que estimularam a regulamentação da atividade por parte da Seccional Paulista da OAB. Tal prática, anteriormente proibida no Brasil, é hoje difundida como iniciativa de sucesso na melhoria do acesso à justiça no país.

Contudo, essa mobilização não foi fácil. Na promoção da advocacia *pro bono*, foram realizadas inúmeras atividades (ver tabelas anexo 1) destacando-se:

- 1) Diversas palestras em universidades para disseminação da prática e da cultura *pro bono*;
- 2) Participação em seminários nacionais e internacionais sobre o tema, como, por exemplo, palestra ministrada no Seminário *New Tactics for Human Rights* para mais de 200 ativistas de direitos humanos de todo o mundo;
- 3) Organização de um seminário internacional sobre advocacia *pro bono* em São Paulo,



⁸ Em latim, *Pro Bono* significa "para o bem". Tal expressão é frequentemente utilizada para definir a prática da advocacia de interesse público feita de forma gratuita.

em dezembro de 2003, e de um Debate Público sobre os desafios da Advocacia Pro Bono no Brasil, em março de 2006, ambos com grande repercussão na mídia.

Saiba mais...

Resolução Pro Bono da Seccional Paulista da OAB

Editada em 19 de agosto de 2002, define a advocacia *pro bono* e regulamenta sua prática.

Quem pode ser beneficiário da atividade *pro bono*?

De acordo com o artigo 2º da Resolução, devem ser “pessoas jurídicas sem fins lucrativos integrantes do Terceiro Setor, reconhecidas e comprovadamente desprovidas de recursos financeiros para custear as despesas procedimentais, judiciais ou extrajudiciais”.

Para evitar a captação de clientela...

Em seu artigo 3º, a Resolução determina que aqueles que desempenharem atividades *pro bono* estão impedidos pelo prazo de 2 (dois) anos de praticar a advocacia, em qualquer esfera, para empresas ou entidades coligadas às beneficiárias, impedimento este extensivo às pessoas físicas que as compõem. Espera-se assim que o advogado que presta serviços jurídicos voluntariamente o faça de forma desinteressada e, de fato, pensando no bem público. Para assegurar que o advogado aja de acordo com o interesse público, é preciso uma rígida fiscalização por parte da OAB.

Fiscalização pela OAB

O artigo 4º da Resolução exige que os advogados e as sociedades de advogados que pretendam exercer atividades *pro bono* comuniquem sua intenção previamente ao Tribunal de Ética e Disciplina da OAB, informando seus objetivos e o alcance de suas atividades. Além disso, devem também encaminhar a esse Tribunal um relatório semestral detalhado sobre os serviços prestados.

Ampliação

O Instituto *Pro Bono* entende ser necessário promover a extensão dessa regulamentação às demais seccionais do país, bem como ampliar os beneficiários às pessoas físicas.

Além disso, foram produzidos vários materiais institucionais, inclusive um website, recentemente reformulado, e publicações, como o Manual do Terceiro Setor voltado às organizações não-governamentais, beneficiárias dos serviços jurídicos prestados.

Ressalte-se que, em 2004, foi feita uma pesquisa, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, sobre os Centros de Integração da Cidadania em São Paulo - programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania que leva à população de baixa renda vários serviços públicos, entre eles, aqueles voltados para solução de conflitos, como os juizados especiais. Daí, então, o interesse do Instituto, já que na pesquisa discute-se o acesso à justiça das populações vulneráveis que vivem na periferia da cidade de São Paulo.

Mais recentemente, no ano de 2005, firmou-se uma parceria entre o Instituto Pro Bono e a Ashoka Empreendedores Sociais, que passou a incentivar seus *fellows* a usarem os serviços jurídicos oferecidos pelo Instituto. Espera-se, ao longo do ano de 2006, aumentar o escopo desta parceria para que o Instituto, além de atender as questões legais das próprias ONGs, possa colaborar no alcance de suas missões com o uso de instrumentos jurídicos.

Não se pode deixar de mencionar que o Instituto Pro Bono realizou outras atividades, paralelas, que não estavam previstas nos projetos avaliados. Entre elas, tem especial relevância a atuação na Casa de Saúde da Mulher Prof. Domingos Delascio, feita em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, onde é prestado atendimento jurídico a mulheres vítimas de violência sexual.



E, ainda, a participação na criação do Fundo Brasil de Pequenas ONGs, idealizado pela Fundação Ford, que também merece destaque por seu impacto na sociedade civil e na efetivação dos direitos humanos.

Resultados...

Dentro os resultados alcançados pela atuação do Instituto Pro Bono, podem ser destacados os seguintes:

- Contribuição para a construção de uma cultura de advocacia pro bono no Brasil, incluindo a disseminação da prática pro bono para outras regiões do Brasil
- Participação da discussão do marco legal do terceiro setor no Brasil, visando ampliar as condições de atuação de organizações da sociedade civil a partir de princípios de transparência e *accountability*
- Atendimento a ONGs de direitos humanos e atuação em ações de interesse público
- Prestação de auxílio jurídico a mulheres vítimas de violência, a partir de uma parceria com a Casa da Mulher (Escola Paulista de Medicina)

Assim, os resultados das ações do Instituto Pro Bono surpreenderam por terem superado as expectativas - mesmo sem um planejamento pormenorizado das ações. Existe hoje uma cultura *pro bono* que, apesar das limitações legais e geográficas impostas pela OAB, tem conseguido contribuir para o fortalecimento da sociedade civil organizada e para a realização dos direitos humanos. Embora a atuação do Instituto restrinja-se ao estado de São Paulo, ela irradia efeitos nacionalmente. Basta verificar as recentes iniciativas de advocacia *pro bono* em outros estados da federação, como o Rio de Janeiro.

Programa Artigo 1º

No que tange à litigância paradigmática, a Conectas, através de um programa denominado Artigo 1º, criado em 2003, desenvolveu inúmeras ações judiciais. No âmbito doméstico, as ações exemplares de defesa de direitos humanos tiveram como tema principal os direitos de crianças e adolescentes, vítimas de maus tratos, tortura e execuções sumárias por agentes do Estado.

Esta área foi escolhida para ser o alvo principal das ações judiciais em âmbito interno devido às graves e sistemáticas violações, bem como à ampla estrutura normativa protetiva já existente, o que indicava a necessidade de mudanças nas práticas institucionais. Diante deste problema, foram realizadas ações estratégicas individuais de indenização por mortes e tortura nas instituições de privação de liberdade do Estado de São Paulo, que demonstram grande capacidade de repercussão em outras regiões do país.

No mesmo sentido, foram realizadas ações de caráter coletivo, isto é, voltadas à proteção de um número maior de vítimas e referentes a problemas estruturais no sistema de justiça juvenil. Ações sobre condições de detenção de jovens, saúde institucional e danos coletivos foram realizadas e demonstraram maior poder de articulação de parcerias, bem como maior potencial de mobilização do debate público, quer através da mídia ou de seminários e debates públicos.



Na litigância nacional de defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes foi possível contar com variadas parcerias de organizações vinculadas ao tema, merecendo destaque as parcerias realizadas com a AMAR – Associação de Mães e Amigos de Crianças e Adolescentes em Risco; Fundação ABRINQ pelos Diretos da Criança, Projeto Fundação Travessia, Centro de Direitos Humanos e diversos CEDECA's – Centros de Defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente. É importante ressaltar que nas ações realizadas sempre procurou-se o apoio institucional do Ministério Público do Estado de São Paulo, que efetivamente figurou como parceiro nas ações de caráter coletivo.

Ainda que a área da infância e juventude tenha sido preponderante, o Programa Artigo 1º atuou em outras temáticas, como direito à saúde, violência policial e discriminação.

Na temática do direito à saúde, é importante destacar a atuação em acesso a medicamentos anti-retrovirais. Em articulação com várias organizações do movimento de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais e transgêneros, e outras, como GAPA – Grupo de Apoio Prevenção à

AIDS, IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, Gestos, ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, Pela Vidda - Grupo pela Valorização, Integração, e Dignidade do Doente de Aids de São Paulo, GIV – Grupo de Incentivo à Vida, MSF – Médicos Sem Fronteiras, dentre outras organizações que participam da REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos. Com estas organizações, foi realizada a ação inédita de licenciamento compulsório de medicamentos anti-retrovirais, de “quebra de patentes”, em parceria também com o Ministério Público Federal e de nulidade de patentes de variados medicamentos essenciais.

No âmbito de violência policial, foram realizadas ações de caráter coletivo e individual, em especial vinculando à temática de discriminação racial.

Estas ações vêm sendo acompanhadas pela Conectas e outras organizações de movimento HIP-HOP e de combate à violência policial.

As ações de defesa e proteção dos direitos humanos no sistema internacional foram realizadas a partir dos casos trabalhados nacionalmente, o que conferiu maior legitimidade e segurança no pleito. A atuação se deu em relação ao sistema de justiça juvenil do Estado de São Paulo, cujo resultado foi positivo, e em relação à segurança cidadã e direitos humanos, ambas no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos.



Ainda na esfera internacional, foram realizadas atividades em conjunto com os relatores especiais das Nações Unidas, no relato de casos e elaboração de relatórios (ver págs. 17 e 18).

O Programa Artigo 1º, criou um centro de advocacia constitucional em direitos fundamentais, destinado à participação nas ações perante a Corte Constitucional brasileira (Supremo Tribunal Federal) relacionadas à ampliação, interpretação e efetivação dos direitos estabelecidos na Constituição Federal. Foram 21 manifestações (*amicus curiae*) em ações que tiveram como tema, apenas para citar algumas, as ações afirmativas para negros em universidades públicas, o estatuto do desarmamento, liberdade religiosa e de crença, direitos da infância, proteção de terras quilombolas, combate ao trabalho escravo, federalização dos crimes de direitos humanos, ampliação do orçamento federal destinado à saúde e à educação, aborto, dentre outros.

Saiba mais...

Amicus Curiae

Amicus curiae é a expressão em latim para "amigo da Corte".

É um instrumento processual, criado em 1999, que tem por objetivo democratizar e ampliar o acesso ao Supremo Tribunal Federal, especialmente em casos controversos envolvendo direitos fundamentais.

A Conectas é a organização que mais se manifestou como *amicus curiae*, com 20 manifestações até fevereiro de 2006.

Na quase totalidade destas manifestações, o Programa Artigo 1º atuou ao lado de organizações especializadas no tema, mobilizando e angariando diversas parcerias para cada ação, como o Instituto Sou da Paz e a Associação Viva Rio para o tema do Desarmamento; associações de classe de trabalhadores da educação e de defesa do direito à educação para proteção do orçamento destinado; organizações de defesa dos direitos da pessoa com deficiência, como a Associação Rodrigo Mendes, dentre outras.

Foi possível analisar como positiva tal participação, tendo em vista o grande número de organizações parceiras atingidas, bem como o protagonismo atingido no Tribunal.

Todo o material produzido e pesquisado para dar subsídio às ações foi incorporado a um banco de dados eletrônico, que compreende decisões judiciais, petições iniciais, artigos de professores e legislação. Pretende-se tornar tal banco de dados acessível pelo Portal ConectaSur.

Foram, ainda, realizadas parcerias com a Ashoka Empreendedores Sociais e Avina, tanto de financiamento como de programas específicos de educação e cidadania em direitos humanos.

Resultados...

No que se refere ao Artigo 1º, os resultados alcançados foram analisados como positivos, tendo em vista a enorme demanda que se apresentou para ser trabalhada de forma jurídica, bem como a troca de experiência e capacitação jurídica de organizações parceiras não envolvidas diretamente com o universo jurídico.

De outra parte, as ações judiciais têm se mostrado importante instrumento de mobilização social e do debate público, colocando em pauta questões às vezes relegadas a argumentos de ordem simplista e frágil. A mobilização através da mídia foi notável, com mais de 100 reportagens registradas.

A advocacia paradigmática realizada vem sendo reconhecida como experiência de sucesso, sendo inclusive destaque de seminário sobre estratégias de combate à violência institucional da UNICEF, em 2005.

O sistema de justiça, por sua vez, tem se mostrado resistente a argumentos de ordem mais progressista veiculados nas ações. No entanto, de outra parte tal fato denota a pouca discussão em direitos humanos no ambiente dos Tribunais, o que nos incentiva a seguir no mesmo caminho.

Como principais obstáculos podem ser apontados: a lentidão do Judiciário em geral, as dificuldades de acesso a processos e informações processuais, que tem gerado um grande volume de recursos e medidas judiciais intermediárias (cada ação possui ao menos 6 recursos), o risco pessoal a que estão submetidos os advogados diretamente vinculados às ações. Foram realizadas represálias de ordem judicial, com ações de caráter intimidatório, bem como ameaças pessoais.

Como descrito ao longo dessa publicação, a Conectas acreditou e apostou na elaboração de parcerias sólidas para a realização dos projetos Direitos Humanos em Rede (BRA/02/H02) e Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos (GLO/04/H01). Acreditamos que essas parcerias foram essenciais para o sucesso e caráter inovador de nossos projetos. Sem elas, não teríamos tido forças para implementar as ações e atividades aqui descritas e teríamos, muito provavelmente, duplicado esforços já iniciados pelas organizações e movimentos sociais com os quais tecemos parcerias.

Principais parceiros envolvidos nos projetos da Conectas desde 2002

As organizações e entidades abaixo foram citadas ao longo desse relatório e foram, de diferentes formas, essenciais para o desenvolvimento das atividades aqui apresentadas.

- ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS
- AMAR - Associação de Mães e Amigos da Criança e do Adolescente em Risco
- ANCED - Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente
- Ashoka Empreendedores Sociais
- Associação Rodrigo Mendes
- Associação Viva Rio
- CDH - Centro de Direitos Humanos
- CDHM - Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados
- CEDECAs - Centros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- CEJIL - Centro pela Justiça e Direito Internacional
- CELS - Centro de Estudos Legais e Sociais, Argentina
- Centro de Direitos Humanos
- Civicus, África do Sul
- Coalición de Derechos Humanos das Américas, Estados Unidos
- Commonwealth Foundation
- CRIS - Campanha pelo Direito à Informação e Comunicação
- Democracy Coalition, Estados Unidos
- Escritório do Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos
- Faculdade de Medicina da Universidade Federal de São Paulo
- FENDH - Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
- FES - Fundação Friedrich Ebert
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança
- Fundação Avina
- Fundação Ford
- Fundación Sur Argentina
- GAPA - Grupo de Apoio Prevenção à AIDS
- Geledès - Instituto da Mulher Negra
- GFN - Global Facilitation Network for Security Sector Reform
- GIV - Grupo de Incentivo à Vida
- Grupo de Organizações de Direitos Humanos da Região da América Latina
- IDCID - Instituto de Direito do Comércio Internacional e Desenvolvimento.
- IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- Instituto Sou da Paz
- International Council for Human Rights Policy
- International Service for Human Rights
- Justiça Global
- MEC - Ministério da Educação, Brasil
- Ministério Público do Estado de São Paulo
- Ministério Público Federal
- MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos
- MSF - Médicos Sem Fronteiras
- Natura Cosméticos
- New Tactics for Human Rights
- Observatório Mercosur de Políticas Públicas en Derechos Humanos
- Open Society Institute
- Organização Gestos
- Organizações do movimento HIP-HOP
- Pela Vidda - Grupo pela Valorização, Integração, e Dignidade do Doente de Aids de São Paulo
- Plataforma Dhesc
- PNUD e PNUD/Brasil
- Projeto Fundação Travessia
- PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- REBRIP - Rede Brasileira pela Integração dos Povos
- SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos, Brasil
- Tinker Foundation
- UNESCO e UNESCO/Brasil
- UNF - Fundação das Nações Unidas
- UNICEF/Brasil
- Universidade de Columbia, Estados Unidos
- Universidade de Ghana
- Universidade de Pretória, África do Sul
- Universidade do Cairo, Egito
- USP - Universidade de São Paulo
- Witness, Estados Unidos
- WOLA - Washington Office for Latin America, Estados Unidos

Avaliação participativa: a opinião de alguns parceiros sobre nosso trabalho

A primeira parte do encontro de avaliação participativa⁹ foi marcada pela participação de representantes de organizações parceiras de Conectas Direitos Humanos, com o objetivo de proporcionar visões externas sobre a entidade e os projetos que realizam conjuntamente. As parceiras Célia Cruz, representante da Ashoka Empreendedores Sociais, Conceição Paganele, da AMAR (Associação de Mães e Amigos de Adolescentes em Risco) e Joana Zylbersztajn, do Centro de Direitos Humanos (CDH) foram convidadas a falar sobre sua percepção acerca do trabalho de Conectas e experiência de parceria com a ONG, a partir da seguinte pergunta:

Considerando os desafios atuais para a promoção dos direitos humanos no Brasil e no hemisfério sul, como vocês vêem o papel que Conectas Direitos Humanos tem desempenhado?

Abaixo, encontram-se alguns elementos das respostas elaboradas por nossos parceiros:

Célia Cruz, Ashoka Empreendedores Sociais:

- Conectas sempre passa a idéia e sensação de trabalho feito em equipe;
- Instituto Pro Bono influencia várias organizações da rede Ashoka (composta por 244 lideranças), como, por exemplo a Associação Rodrigo Mendes;
- "A perspectiva de Direitos Humanos hoje existente na Ashoka é uma contribuição fundamental da parceria com Conectas";
- O Colóquio Internacional de Direitos Humanos influencia todo o setor social no tema dos Direitos Humanos.

Joana Zylbersztajn, Centro de Direitos Humanos:

- Objetivo da Conectas é de importância fundamental: fortalece organizações de base da sociedade civil;
- Conectas tem viabilizado atividades do CDH, por meio de parcerias com o Artigo 1, Instituto Pro Bono e outros projetos; há uma parceria fluída com CDH "para todas as horas";
- A instituição parecer ser bastante estruturada, e tem uma equipe muito bem capacitada, o que também facilita a construção de parcerias;
- Parceria teve alguns problemas de comunicação, mas foram superados.
- Conectas pode colaborar com outras organizações para ampliar sua capacidade gerencial e estrutural.

Conceição Paganele, AMAR - Associação de Mães de Adolescentes em Risco:

- "É o que precisávamos para tentar garantir direitos que são violados na FEBEM. Uma vez que não tínhamos um grupo estruturado para dar continuidade às denúncias que vinham sendo colocadas pela AMAR".
- Denúncia de violação na FEBEM foi para Corte Interamericana de Direitos Humanos (OEA) por causa da parceria com Conectas;
- Artigo 1º e Instituto Pro Bono deveriam ser maiores.
- Uma das coisas boas que surgiu a partir da adoção do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) foi a AMAR, uma das coisas boas que surgiu na área de Direitos Humanos foi a Conectas.

⁹ Mais informações sobre o encontro, pág. 3.

Avaliação participativa: relação entre Conectas Direitos Humanos e PNUD/Brasil

Durante o encontro presencial de avaliação participativa, Conectas e PNUD (especialmente PNUD/Brasil mas considerando contatos com escritório central do Programa) foram levados a pensar nos aspectos positivos e negativos da parceria estabelecida há 4 anos.

O quadro abaixo, ilustra as principais respostas levantadas por cada entidade:

	O que foi bom?	O que pode ser melhorado?
PNUD/Brasil sobre Conectas Direitos Humanos	▪ Visão de que avaliação contribui para um planejamento mais adequado; ▪ Área de Administração e cumprimento de prazos.	▪ Melhorar comunicação ao PNUD sobre mudanças de funções/cargos na Conectas. ▪ PNUD poderia ajudar na produção, parceria de conteúdo para o Portal ConectaSur e fazer ponte para acesso à tecnologia.
Conectas Direitos Humanos sobre PNUD/Brasil	▪ Sempre esteve disponível e mostrou-se solícito para resolver qualquer problema ou questão levado pela Conectas; ▪ Auxílio na identificação de parceiros; ▪ A partir de 2005, com chegada de Guilherme de Almeida, demandas do PNUD ficaram mais claras e a forma de trabalharmos em cooperação também. A parceria assumiu dimensão substantiva, além de administrativa.	▪ Pnud poderia aprimorar comunicação com relação ao seu mandato e facilitar pontes entre Conectas e outras instâncias/agências da ONU (especialmente OHCHR) e escritórios do PNUD em outros países. <u>RESPOSTAS PARTILHADAS</u> ▪ Criar condições para encontros presenciais (Conectas, PNUD, ONU) ▪ Manter contato freqüente entre PNUD e Conectas - participar de reuniões e relatórios constantes. ▪ Monitoramento eficaz e bilateral para ambas as partes (todas as mudanças de estratégias foram comunicadas ao PNUD por meio dos <i>progress reports</i> periódicos - esses relatórios poderiam ser melhor aproveitados) ▪ PNUD pode proporcionar cooperação técnica (especializada, diferenciada)

Financiamento e Sustentabilidade

O financiamento da Fundação das Nações Unidas para os projetos aqui avaliados possibilitou a criação da Conectas Direitos Humanos e permitiu a consolidação de sua atuação no campo dos direitos humanos. Esse projeto contou ainda com recursos complementares da Fundação Ford, destinados à realização do Colóquio e ao desenvolvimento do trabalho do Instituto Pro Bono (IPB). Esse apoio foi fundamental para a consolidação tanto do Colóquio quanto do IPB. A partir desses recursos, a Conectas foi capaz de construir uma base de financiamento mais ampla, combinando financiamentos de fundações internacionais com doadores locais.

Os recursos permitiram a viabilização dos projetos centrais da organização e garantiram o funcionamento operacional e a manutenção de uma equipe permanente, incluindo pessoal administrativo e de programa. O aspecto abrangente dos projetos possibilitou a identificação de recursos complementares para o desenvolvimento das atividades, garantindo, assim, a sua sustentabilidade. Como consequência disso, ambos tiveram o seu período de execução estendidos em quase um ano, sendo concluídos em fevereiro de 2006.

Em um período de três a quatro anos, a Conectas constituiu-se como uma organização reconhecidas em sua área de atuação, implementando projetos inovadores e, ao mesmo tempo, assegurando sua continuidade.

Os principais desafios que os projetos enfrentaram em relação a recursos estão relacionados ao desenvolvimento de projetos com custos elevados em relação ao orçamento total da organização e à manutenção de uma equipe qualificada, grande parte em regime integral.

Os custos relacionados à organização do Colóquio Internacional de Direitos Humanos e à publicação da Revista Sur são responsáveis por aproximadamente 25% do orçamento total das organizações, incluindo apenas custos diretos (sem contabilizar os salários implicados na sua organização). Considerando que estes são gastos recorrentes — o Colóquio é anual e a Revista, semestral —, o principal desafio consiste em assegurar a sua continuidade. Esforços têm sido feitos no sentido de ampliar as bases de financiadores desses projetos. No entanto, até o momento os recursos institucionais têm sido responsáveis por cerca de 80% do seu custo total.

O Colóquio está, em 2006, em seu sexto ano e conseguiu ocupar um importante espaço no campo dos direitos humanos no hemisfério sul. A regularidade e continuidade do programa dependem, no entanto, de identificar novos recursos que sejam capazes de garantir o seu funcionamento e, principalmente, sua política de bolsas aos ativistas. Atualmente, mais de 90% dos participantes do Colóquio recebem bolsa integral. Com isso, pretende-se assegurar que os candidatos que mais se encaixam no perfil do programa sejam efetivamente selecionados, independente de sua condição de custear sua participação. No mesmo sentido, a ampliação do número de participantes asiáticos a africanos depende também da obtenção de recursos adicionais. Apesar de nestas cinco edições a Conectas e Sur terem sido bem sucedidas em realizar o Colóquio, mesmo com seu elevado custo relativo, permanece um desafio às duas organizações a garantia de sua sustentabilidade a médio e longo prazos.

Em 2004 a Sur lançou um audacioso projeto de publicação de uma revista de direitos humanos em três idiomas, com a intenção de problematizar os direitos humanos a partir das múltiplas perspectivas que emergem de países do sul. O desafio de publicar uma revista acadêmica voltada para a prática em direitos humanos a partir de uma ONG soma-se à dificuldade de garantir, além de artigos de qualidade, uma produção editorial complexa que envolve preparação de texto, tradução e revisão em três idiomas. Com o objetivo de reduzir os custos de produção, a equipe da Conectas tem assumido progressivamente mais responsabilidades editoriais, incorrendo em uma maior carga de trabalho, mas ao mesmo tempo maior controle sobre a editoração da Revista. O desafio que se coloca é a capacidade de garantir que a Revista possa continuar sendo produzida nos três idiomas, ampliando seu alcance a leitores em todo o mundo — atualmente a Revista é distribuída em mais de 100 países — e mantendo sua distribuição gratuita. A opção feita foi a de buscar recursos em fundações nacionais e internacionais para assegurar a gratuidade aos leitores. Em vez de cobrar dos leitores, a Sur vem se empenhando em garantir que instituições interessadas na promoção dos direitos humanos colaborem para a sustentabilidade e expansão desse projeto.

O segundo desafio enfrentado pela Conectas consiste em assegurar as condições para a manutenção de uma equipe permanente. Atualmente, os recursos estão distribuídos, aproximadamente, da seguinte maneira: Salários – 45%; custos de programa – 45%; e administração – 10%. A Conectas possui atualmente uma equipe de 22 pessoas, sendo parte 4 administrativos e 4 estagiários. A equipe de programa é altamente qualificada. Praticamente todos são fluentes em inglês e, em muitos casos, em mais de um idioma, e grande parte possui titulação acadêmica, em nível de mestrado ou doutorado em áreas relevantes aos direitos humanos. O núcleo da equipe já vem trabalhando junto há cerca de três anos ou mais, o que contribui para uma crescente institucionalização da organização e para a continuidade dos projetos.

Além de uma equipe permanente, a Conectas contou nesses quatro anos com uma forte rede de apoio, constituída por organizações parceiras, voluntários e outros ativistas de direitos humanos interessados no trabalho desenvolvido pela organização. Particularmente no Colóquio, essa rede de apoio é mobilizada para integrar a equipe organizadora, que se distribui em facilitadores, coordenadores de Grupos de Trabalho, palestrantes, monitores e outras pessoas que contribuem de diversas maneiras para a realização do programa. Desde 2001, a Conectas trabalha com jovens universitários, principalmente de cursos de direito e relações internacionais, que compõem um grupo permanente de acompanhamento. Este atua não apenas no Colóquio, mas também em grupos de estudos e pesquisas promovidas pela Conectas. Com o objetivo de organizar a demanda crescente de jovens que se interessam pelo trabalho da Conectas, foi instituído um programa de voluntariado que prevê um encontro mensal com pessoas que procuram a organização a partir dos mais variados interesses. Nesse encontro, é feita uma apresentação geral da Conectas e busca-se identificar o interesse de cada um presente no intuito de aproveitar da melhor maneira os recursos trazidos por eles e, ao mesmo tempo, propiciando a oportunidade deles estarem em contato com os projetos desenvolvidos pela organização.

Captação de Recursos – 2006

No intuito de ampliar as bases de financiamento da Conectas e planejar a sustentabilidade da organização a médio e longo prazos, a Conectas iniciou um processo de captação de recursos a partir, principalmente, de fundações nos Estados Unidos, com a assistência de uma consultora

em desenvolvimento. Esse processo, que se iniciou no final de 2005, está sendo conduzido ao longo do ano de 2006 a partir de diálogos com financiadores e parceiros, tendo como horizonte um período de dois anos. A seguir encontra-se o resumo do relatório elaborado pela consultora Anne Travers a partir da primeira fase de trabalho com a Conectas.

2006 Fundraising Consultancy as it Relates to the Sustainability Strategy for Conectas
Summary Report for Inclusion in the UNDP Evaluation
Submitted by Anne Travers
March 3, 2006

Conectas secured the services of Anne Travers, an outside fundraising consultant, to guide and facilitate the organization's outreach to a set of North American and European funders, in order to help the organization expand its base of financial support. This was undertaken with the understanding that creating a stable and renewable funding stream from a variety of sources is key to Conectas's long term sustainability. The period of the consultancy is from December 2005 to June 2006.

While the consultancy is focused on guiding the Conectas staff in the identification, research, prioritization, and solicitation of a set of funding prospects (primarily U.S.-based foundations, law firms, and individuals), it afforded a point of entry into several related areas where Conectas could take steps to strengthen its internal procedures, and develop a more strategic approach to its longer term growth and stability. Lessons learned and decisions for future action are summarized below.

Fundraising Strategies

In evaluating past approaches to funders, it became clear that Conectas has often tended to seek funds in an overly narrow fashion, undermining its ability to obtain larger, less restricted grants that would provide the organization with more programmatic and financial flexibility. The organization now intends to more proactively seek grants that could fund larger swaths of its program, rather than relying so heavily on seeking smaller sums for individual projects.

Conectas rightly recognizes that in addition to expanding its base of financial support from leading funders in the U.S. and elsewhere, its long term sustainability also rests on the organization's ability to increase the number of funders in-country. With that in mind, Conectas intends to build on its outreach to US law firms with a follow-up program aimed at seeking contributions from its pro bono law firm partners in Brazil.

Communications

In its short history, Conectas has received funding from a handful of institutional funders, and its written materials generally reflect that – they have tended to be institutional in tone. This means that the information they contain is not necessarily as transparent and clearcut as it needs to be for new audiences who are not familiar with Conectas's work. Conectas is now in the process of re-thinking how it presents its programs to funding prospects, and has revised some of its key written materials to showcase its programs in a clearer, more cohesive, and more streamlined way.

The consultancy has also revealed the need for the organization to craft more targeted arguments for support as it ventures into the wider competitive marketplace of charitable giving. Staff are now taking into account the need to position the organization's work in such a way that it aligns with the interests of a given funding prospect. This is an important shift from past practice, where there was a tendency to propose new projects that seemingly matched a given funder's interest, rather argue that current work already underway fit within the funder's guidelines.

Budgeting

During discussions about funding needs and program costs, staff came to the realization that the organization was not consistently and comprehensively building staff time into the projected costs for programs. This was leading to some cost overruns and an inability to set accurate fundraising targets.

Conectas has now overhauled its budget presentations and has obtained a clearer internal picture of both the expenditure implications for the staffing of programs, and the relation between administrative and programmatic costs.

Planning

The budgeting discussions mentioned above led to conversations with and among the staff about the organization's need to adopt an annual planning process, to underpin yearly financial projections. Staff are now scheduling a series of internal discussions to aid the planning for the remainder of the current fiscal year, and plan to institutionalize this process in coming years. This will in turn help to set the stage for a process by which fundraising projections can be made, and more ambitious fundraising goals determined.

Administration

The consultancy provided Conectas with an opportunity to scrutinize the ways in which it captures, tracks, and organizes its fundraising information. Staff found that the organization lacked the systems, protocols and procedures required to support a more strategic and sustainable fundraising program. Filing and tracking systems are now in place, and the consultant and staff are developing protocols for funder approaches and follow up.

LIÇÕES APRENDIDAS E RECOMENDAÇÕES

Ao longo desses 4 anos, foram muitas as lições aprendidas nas áreas de produção do conhecimento, educação, mobilização em rede e acesso à justiça em prol dos direitos humanos.

Acreditando que a troca de experiências entre organizações da sociedade civil é de fundamental importância para a realização de seus projetos na luta pela efetivação dos direitos fundamentais, compartilhamos, abaixo, as principais lições aprendidas pela Conectas Direitos Humanos de 2002 a início de 2006.

Além disso, buscamos tecer algumas recomendações para que tais lições aprendidas possam ser transformadas em decisões estratégicas. Esperamos que essas recomendações sejam úteis a outras organizações de direitos humanos, mas que, acima de tudo, fortaleçam e orientem o planejamento estratégico da Conectas Direitos Humanos a partir de agora.

Produção de Conhecimento, Educação e Mobilização em Rede:

- Educar em direitos humanos deve explorar o máximo possível a educação horizontal entre pares (*peer-learning*) e a realização de atividades educativas auto-gestionárias (educação);
- A melhor forma de criar uma comunidade acadêmica (rede de acadêmicos) é por meio da promoção de pesquisas cooperativas - isso tem custos e tempo de maturação próprios (produção de conhecimento e mobilização em rede);
- Educação à distância requer um conhecimento específico que deve ser previsto no planejamento estratégico (produção de conhecimento e educação);
- Complexidade do trabalho e elaboração de material em 3 línguas não deve ser subestimado - nesse caso, português, espanhol e inglês (produção de conhecimento, educação e mobilização em rede);

Trabalho Cooperativo em Rede

Aprendemos que o trabalho cooperativo em rede funciona melhor quando:

- (1) Existe um tema substantivo comum, não artificial;
- (2) Compreende-se que uma rede "ativa" não é necessariamente uma rede onde todos os integrantes atuam juntos durante todo o tempo - aceitar e compreender as parcerias ocasionais;
- (3) Há encontros presenciais, além dos contatos virtuais;
- (4) Identifica-se lideranças dentro da própria Rede;
- (5) Estabelecem-se parcerias estratégicas sólidas;

- (6) Utiliza-se a criação de grupos temáticos e regionais para facilitar o trabalho cooperativo de forma descentralizada;
- (7) Prioriza-se o uso de instrumentos de comunicação acessíveis e de uso fácil.

- Aprendemos a aproveitar encontros que já estão previstos para otimizar recursos e agendas - por exemplo, reuniões paralelas da Sur durante o *Moot Court* na África (produção de conhecimento, educação e mobilização em rede);
- O trabalho junto à mídia internacional requer estratégias de comunicação específicas aos países envolvidos (mobilização em rede);
- Priorizar temas instrumentais e transversais favorece a colaboração e integração entre os integrantes de redes de cooperação - nesse caso as Redes DiálogoDH e Sur (mobilização em rede);
- Utilizar as novas tecnologias de comunicação e informação, especialmente virtuais, demanda grande energia e definição de estratégias claras de comunicação (produção de conhecimento, educação e mobilização em rede)
- A tecnologia e os diversos instrumentos de comunicação são vitais, mas não podem ser um fim em si mesmos - deve-se ter clareza de seus propósitos (produção de conhecimento, educação e mobilização em rede);
- O trabalho cooperativo em rede (*networking*) é um desafio árduo, mas possível de ser realizado se dedicarmos tempo e recursos na busca pelas estratégias de facilitação adequadas (mobilização em rede);

Acesso à Justiça:

- A resposta do Estado às denúncias de direitos é forte e a organização precisa estar estruturada para resistir e enfrentar as dificuldades, como processos instaurados contra os advogados e parceiros;
- No que se refere à sustentabilidade financeira, o retorno em condenações pode demorar mais de duas décadas;
- As barreiras intermediárias para sucesso nos casos tomam muito tempo e trabalho, como recursos para obtenção de cópias de processos e simples vistas de inquéritos.

O Direito como instrumento de Mudança Social

Quando o Instituto Pro Bono foi criado, a expectativa era de que seria difícil convencer advogados a trabalharem voluntariamente, mas relativamente fácil conseguir *boas causas* das ONGs – que são aquelas revestidas de interesse público e com grande impacto social. Porém, não foi o que aconteceu: o apoio da comunidade jurídica, se comparado com as *boas causas*, foi obtido muito mais rapidamente.

A hipótese é que as organizações da sociedade civil ainda não vêem o Direito como um instrumento apto e eficaz para atingir seus objetivos.

A partir daí, ficou clara a importância de melhorar a interlocução do Instituto com as entidades da sociedade civil para promover o uso do Direito, apresentando todas as suas possibilidades e potenciais resultados.

Com o reconhecimento pelo Instituto, a partir da avaliação, de que é preciso adotar uma postura pró-ativa com as ONGs, as organizações que compõem a Rede DiálogoDH passaram a ser vistas como uma fonte primária de casos. Após a definição dos temas com os quais o Instituto quer trabalhar, as entidades da Rede que atuam na área serão contatadas. Espera-se com isso que as boas causas de interesse público passem a ser, assim, uma rotina no Instituto.

- As atividades desenvolvidas pelo Artigo 1º e pelo IPB foram pouco integradas com as Redes DiálogoDH e Sur, por alguns motivos: (1) dificuldades pelas restrições impostas na regulamentação da atividade pro bono; (2) limitação de pessoal atuando diretamente no Programa Artigo 1º; (3) fragilidade do planejamento integrado entre as áreas;
- Com relação às ações do Artigo 1º, percebemos que agir em conjunto com órgãos oficiais de denúncia fortalece o impacto perante as autoridades judiciais e os órgãos denunciados;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos nos permitiram caminhar rumo aos objetivos propostos bem como confirmar nosso diagnóstico e missão.

Será que tudo que fizemos ao longo dos últimos anos nos levou para mais perto de nossos objetivos?

"Sim, certamente contribuimos para nossos objetivos. Gostaríamos que tivéssemos sido mais eficientes aqui ou ali, mas é certo que hoje temos, de forma concreta, uma comunidade de professores de direitos humanos que antes não existia – agora existe um canal razoavelmente estável entre professores de direitos humanos da América Latina, da África e da Ásia. Tiramos isso do zero e construímos. Também temos um colóquio, que forma pessoas e que estimula uma rede de cooperação entre ativistas do hemisfério sul. Nós criamos algo que não existia e é algo importante para alcançar os objetivos que nos propusemos. Tivemos habilidade para perceber nossas incapacidades e mudar de estratégia ao longo do caminho. A mais recente conquista foi termos atingido o status consultivo na ONU."

Oscar Vilhena Vieira, Co-Diretor Executivo da Conectas Direitos Humanos

Os resultados aqui constatados revigoram nossa tentativa de promover os direitos humanos no hemisfério sul por meio do fortalecimento de ativistas e acadêmicos e sua maior interação com as Nações Unidas.

Sem dúvida é importante e gratificante perceber que caminhamos rumo aos nossos objetivos e que pudemos compartilhar, nestas páginas, nossos sucessos e desafios.

No entanto, tão importante quanto isso é compreender em que medida o processo de avaliação pode nos orientar para o planejamento de nosso futuro. Como dissemos no prefácio dessa publicação, acreditamos que a avaliação deva ir além de simples relatos de resultados atingidos ou de processos executados. A avaliação deve ser, acima de tudo, um processo permanente de aprendizagem e (re)definição de estratégias e rumos.

Avaliando para Planejar melhor

"Depois dessa experiência, podemos refinar nossos projetos. Apresentá-los de forma mais sustentável e consistente. Vejo este momento como o cumprimento de uma longa primeira etapa. Agora é construir a segunda, com sustentabilidade".

Malak Poppovic, Co-Diretora Executiva da Conectas Direitos Humanos

Institucionalmente, esse processo de avaliação participativa pelo qual passamos foi o primeiro passo, sólido primeiro passo. É importante, porém, que continuemos avaliando e busquemos aprimorar e desenvolver formas inovadoras de medição de impacto do trabalho das organizações de direitos humanos. Cremos que devemos desenvolver mecanismos pelos quais possamos ser também avaliados por aqueles a quem beneficiamos com nossas atividades. Para tanto, mais do que nunca, o diálogo entre nós, organizações que lutam pelos direitos humanos, é fundamental.

Por último, estamos convictos de que avaliar nossas atividades nos leva a reforçar a idéia de que nossos objetivos só podem ser alcançados a través do trabalho articulado de vários atores e que o resultado nunca é produto da ação individual.

Anexo 1 – Tabelas Descritivas por Projeto

As tabelas abaixo descrevem, de forma exaustiva, as atividades realizadas em cada um dos projetos. São, ao todo, oito tabelas analíticas, correspondentes aos projetos Direitos Humanos em Rede e Sur - Rede Universitária de Direitos Humanos.

A divisão temática das tabelas foi feita à luz das áreas inicialmente previstas em cada projeto. No entanto, como vimos ao decorrer deste relatório, os projetos foram implementados conjuntamente, pela Conectas Direitos Humanos, em duas áreas: (1) Produção de Conhecimento, Educação e (2) Mobilização em Rede e Acesso à Justiça.

DIREITOS HUMANOS EM REDE

Educação

Objetivo Específico: Prover materiais pedagógicos de educação com intuito de contribuir para a capacitação de ativistas de direitos humanos em âmbito local		
Atividades previstas a) Desenvolver ferramentas de educação à distância e um site para promover programas de treinamento; b) Adaptar conferências apresentadas durante o Colóquio para uma estrutura de educação à distância pela Internet; c) Adaptar e disponibilizar a todos os membros da Rede materiais educacionais produzidos pelo OHCHR, UNICEF e UNESCO; d) Organizar seminários regionais para treinamento; e) Prover material para treinamento em direitos humanos de líderes comunitários; f) Buscar parcerias com organizações que trabalhem com programas de educação popular; g) Estabelecer parceria com a AED - <i>Academy for Education Development</i>.	Atividades realizadas 4 Colóquios realizados (co-organização em maio 2002 e maio 2003 e organizador geral com Sur em outubro 2004 e 2005 (570 participantes), em 3 línguas (*). a) i) Criação das Redes DiálogoDH e Sur ii) Criação do Portal ConectaSur iii) Realização do Mês da ONU (2003). b e c) i) Elaboração CD-Rom: “Questões e Idéias”, três línguas (II Col.) (200 exemplares). Reedição (1.000 ex.) ii) Produção do Vídeo “Um dialogo pela Igualdade” em três línguas (II Col.). iii) Diversas de Publicações (ver Redes e Mídia) d) i) Oficina sobre Discriminação, envolvendo participantes da Rede DiálogoDH (Quito, Julho 2004) ii) Acesso a Medicamentos (SP, Nov. 2005), em parceria com REBRIP. e) Publicação “Jovens Lideranças Comunitárias”: 85 ex. (2003). Re-impressão Imprensa Social: 2.500 ex. (2004). f) i) Curso Jovens lideranças (com o CDH): 2002 e 2005 - foram formados cerca de 75 jovens por ano. ii) Oficina sobre segurança e direitos humanos aberta ao público (60 participantes- Centro Cultural Itaú, 2005). ii) Parceria com a Rede Brasileira de Educação em DH (Margarida Genevois) g) Parceria para conceito inicial do Portal ConectaSur e oficinas sobre tecnologia durante o Colóquio (AED + MEC).	Outras atividades realizadas, mas não previstas originalmente 1) Programa de Intercambio com Angola e Moçambique (9 participantes 8 meses) , em parceria com OSI - Open Society Institute. 2) Livro sobre o III Colóquio (publicado pela FGV). * Observação <u>Colóquio Internacional de Direitos Humanos</u>: com o fim do Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos (final de 2003), a Conectas assumiu a responsabilidade pela continuação e organização anual do Colóquio, com apoio da Sur. Assim, para a realização e sucesso dos Colóquios de 2004 e 2005, Conectas e Sur: (1) desenvolveram projeto pedagógico, utilizando métodos inovadores (ex. GT por peer learning); (2) consolidaram parcerias com PUC-SP e FGV-SP; (3) enfatizaram temas ligados à ONU (ex. Metas do Milênio – tema central em 2004 – além de conferências sobre o sistema ONU e relações sul-sul). Como consequência dos Colóquios, surgiram duas redes: Rede DiálogoDH e Rede Sur (tratadas adiante).
Comentários sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades. O objetivo específico foi atingido. Vale ressaltar, que fruto do amadurecimento do programa e conselho de especialistas (AED e MEC), foi priorizada a realização de programas de educação e treinamento presenciais. Tais programas tem continuidade nas ferramentas virtuais e tecnológicas, bem como nos projetos desenvolvidos pela Rede DiálogoDH.		
Outros comentários: Cursos de Capacitação da Equipe Conectas e Sur: Andre e Laura - International Human Rights Training Program (IH RTP) 12 Junho a 1 de Julho de 2005 em Montreal (Canadá); Lucia - Geneva Training Course /ISHR - International Service for Human Rights, 2 a 12 de agosto de 2005 em Genebra (Suíça); Paula, Univ. de Turku, 2004 (Finlândia).		

DIREITOS HUMANOS EM REDE

Mídia

Objetivo Específico: prover aos membros da Rede notícias relacionadas aos direitos humanos bem como estabelecer um diálogo público com a mídia (local, nacional e internacional) para dar visibilidade aos casos de direitos humanos conduzidos pelos integrantes da Rede.

<u>Atividades previstas</u>	<u>Atividades realizadas</u>	<u>Outras atividades realizadas, mas não previstas</u>
a) Promover o diálogo com a mídia em assuntos relacionados aos direitos humanos; b) Produzir <i>press-releases</i> para a mídia nacional e internacional sobre os casos de direitos humanos desenvolvidos pelas organizações integrantes da Rede; c) Manter um portal atualizado e estimular seu uso pelas organizações integrantes da Rede; d) Selecionar e prover aos membros da Rede notícias e documentação sobre direitos humanos e temas correlatos; e) Distribuir o Manual de Mídia e Direitos Humanos para jornalistas de países representados pela Rede e outros profissionais de mídia; f) Coordenar o trabalho com o UN Wire e os Centros de Informação da ONU.	a) Diálogo constante com mídia nacional e realização de seminários sobre mídia e direitos humanos durante o Colóquio Internacional de Direitos Humanos. b) Significativo número de artigos em jornais nacionais, parte mencionando parcerias com integrantes da Rede (ex. AIDS-Rebrip). Dois grandes jornais de circulação nacional deram visibilidade aos casos de violação de dh no Zimbábue e África do Sul (por meio de contato com integrantes da Rede). c e d) Portal alimentado diariamente pela equipe Conectas e pelos próprios integrantes das Redes, criação de fóruns e outros atrativos que estimulem o uso e elaboração de perfis para Rede DiálogoDH - 70% dos acessos é de fora do Brasil. e) Manual distribuído a profissionais da mídia. f) Divulgação ampla do UN Wire.	1) Realização do Guiadh – Fonte para Jornalistas, em parceria com ANDI: versão impressa amplamente divulgada (3 500) e versão on-line amplamente divulgada. 2) Realização de reuniões sobre direitos humanos com jornalistas brasileiros 3) Membro do Conselho Editorial do projeto Imprensa Social. 4) Envolvimento na Campanha CRIS Brasil - pelo Direito à Informação e Comunicação (parte da CRIS mundial). 5) Aproximação com Agência de Notícias Carta Maior e com jornalistas referências na cobertura de assuntos ligados aos direitos humanos pela grande mídia nacional.

Comentários sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades

O objetivo específico foi atingindo pois conseguimos prover de notícias e documentação relacionada aos direitos humanos aos membros da Rede. No entanto, houve dificuldades no estabelecimento de um diálogo público com a mídia, sobretudo internacional, para dar visibilidade aos casos dos membros da Rede. Tais dificuldades foram sendo detectadas conforme o decorrer do programa (ex. Riscos de exposição – Zimbábue). Houve, assim, um redimensionamento da área de mídia, priorizando a primeira parte de seu objetivo específico.

DIREITOS HUMANOS EM REDE

Redes

Objetivo Específico: promover a capacitação (*capacity-building*) das organizações de direitos humanos, utilizando as TIC - tecnologias de informação e comunicação, para o desenvolvimento do acesso à informação, mútuo aprendizado e assessoria jurídica

<u>Atividades previstas</u>	<u>Atividades realizadas</u>	<u>Outras atividades realizadas, mas não previstas</u>
a) Assinar acordo com o Centro para Educação e Tecnologia do Ministério da Educação, que proverá, sem custos, a hospedagem do sistema de Internet. <i>b) Oferecer treinamento a organizações parceiras para o uso das ferramentas de TIC durante o Colóquio Internacional de Direitos Humanos;</i> c) Administrar e atualizar o portal da Rede; d) Promover as condições para a criação de sites individuais pelas organizações integrantes da Rede; <i>e) Criar software especial para facilitar o acesso às TICs dos grupos vulneráveis com os quais as organizações integrantes da Rede trabalham;</i> f) Desenvolver relações públicas buscando encontrar novos parceiros para TIC, bem como financiadores do setor privado e público; <i>g) Cooperar com iniciativas já existentes de trabalho em rede pelos direitos humanos;</i>	Criada a Rede DiálogoDH em 2002 com aprovação de Plano de Ação. a) Acordo com MEC assinado, implementado e encerrado por dificuldades técnicas; b) Treinamento de mais de 100 ativistas nos II e III Colóquio Internacional de Direitos Humanos - mudanças significativas na relação dos ativistas com TIC nos IV e V Colóquio (ex. Inscrições feitas on-line e ativistas já acostumados com linguagem TIC) c) Portal Conectasur testado, lançado, atualizado e administrado pela Conectas (ver mais detalhes no Programa de Mídia); d) Sites redimensionados no desenvolvimento no novo portal – transformados em perfis individuais dos ativistas - vale ressaltar que a Rede DiálogoDH é composta por ativistas e não por organizações. Assim o perfil pessoal é de maior utilidade; e) Criado pelo MEC mas deixou de ser utilizado pois não atendia às necessidades da Rede. f) Relações públicas desenvolvidas e encontrados parceiros para TIC (MEC, CDI, Vera Suguri/LHNet, Robert Guerra, outros) g) Cooperação com outras redes: • Nacionais: Movimento Nacional de Direitos Humanos, Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, Rebrip, ANCED, Plataforma DhESC. • Internacionais: Ashoka, New Tactics, Grupo de Organizações de Direitos Humanos da Região da América Latina, Observatório Mercosur, Coalición, GFN, Civicus, entre outros.	1) Ações da Rede DiálogoDH, por iniciativa de seus integrantes e facilitadas por Conectas: <u>Em 2003:</u> (1) Campanha pelo restabelecimento dos direitos humanos na Bolívia (dez.); (2) "Mês da ONU" - capacitação sobre o Sistema das Nações Unidas (out.). <u>Em 2004:</u> (1) Grupo de trabalho latino-americano sobre direitos humanos e discriminação e produção de documento contendo diagnóstico dos países envolvidos (documento disponível no portal); (2) Campanha na CDH-ONU pela resolução sobre orientação sexual (março); (3) Campanha contra a repressão às ONGs de Direitos Humanos no Zimbábue (out.); (4) Participação e oficina sobre redes no Fórum Social das Américas – Equador (julho). <u>Em 2005:</u> Informe Alternativo sobre as Metas do Milênio – elaborado por 11 membros de 8 países da Am. Latina como produto do V Colóquio (finalizado em outubro) 2) Atividades de Mobilização - Nacionais: <u>Em 2004:</u> (1) Participação na Conf. Nacional do Movimento de Direitos Humanos; (2) Organização e participação nas Conf. municipal, estadual e nacional de Direitos Humanos e (3) Organização Ato contra Tortura com outras Ongs. <u>Em 2005:</u> (1) Participação na Conf. Municipal e Estadual de Direitos Humanos de São Paulo; (2) Membro do Comitê Desarma São Paulo para Campanha do Desarmamento e (3) Criação do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa. 3) Atividades de Mobilização - Internacionais: (1) Organização de visita à São Paulo e encontros com Sociedade Civil de 4 relatores especiais de direitos humanos da ONU - Asma Jahangir (2003), Leandro Despouy (2004), Doudou Diène (2005) e Hina Jilani (2005); (2) Indicação de membros da Rede DiálogoDH para prêmios (Reebok, outros) e oportunidades (Third Millennium, Sweden Course, etc) e (3) "Observatório da Reforma da ONU" PUC /USP (2005) 4) Publicações: (1) Diretório da Rede DiálogoDH; (2) Manual de Redes Sociais e Tecnologia. 5) Programa de Intercâmbio em Direitos Humanos, desenvolvido em parceria com a SUR e Instituto Open Society.
Comentários sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades O objetivo específico foi atingido mesmo com restrições tecnológicas e considerando o redimensionamento da Rede. Foram proporcionados espaços de capacitação para ativistas e organizações de direitos humanos: (1) para ampliar o acesso à informação – por exemplo, por meio da possibilidade de publicar artigos e notícias no Portal Conectasur (2) para troca de experiências, informação e aprendizado em direitos humanos - incluindo aprendizado sobre os instrumentos de defesa e promoção dos direitos humanos. Há que se observar que a área de redes ao longo dos últimos três anos foi se transformando consideravelmente. As TICs tornaram-se, mais do que um fim em si mesmas, ferramentas de fortalecimento dos laços entre os membros da Rede DiálogoDH, para promover espaços de capacitação, campanhas e ações conjuntas.		

DIREITOS HUMANOS EM REDE

Justiça

Objetivo Específico: oferecer atendimento jurídico e serviços jurídicos pro bono para membros de organizações da Rede em casos de violação de direitos humanos, utilizando-se de instrumentos domésticos e internacionais.

<u>Atividades previstas:</u> a) Promover assistência jurídica aos integrantes da Rede em casos contra violações de direitos humanos; b) Levar casos paradigmáticos ao sistema internacional de proteção aos direitos humanos; c) Levar casos paradigmáticos ao sistema jurídico brasileiro; d) Estabelecer parcerias estratégicas com instituições oficiais responsáveis pelo monitoramento de violações de direitos humanos; e) Organizar banco de dados especializado contendo legislação e casos de direitos humanos; f) Definir estratégias com parceiros para apresentar conjuntamente casos ao sistema doméstico e internacional; g) Estimular a cultura de solidariedade entre a comunidade jurídica promovendo parcerias entre advogados e grupos de direitos humanos.	<u>Atividades realizadas:</u> a) Apoio às Campanhas em 2004 (ver prog. de redes) b) Casos paradigmáticos encaminhados -OEA e ONU: <u>OEA</u> (1) Caso individual encaminhado à CIDH - caso lazinho; (2) diversos pedidos de medidas provisionais - casos de violações de direitos dos adolescentes sob custódia do Estado; (3) participação em audiência geral da OEA sobre Segurança e Direitos Humanos; (4) Amicus Curiae sobre Presídio Urso Branco. <u>ONU</u> (1) relatório sobre Cabinda ao Grupo de Desaparecimentos Forçados; (2) denúncia à relatoria de defensores de direitos humanos; (3) elaboração de 4 relatórios para relatores em visita ao Brasil; c) 31 casos paradigmáticos encaminhados à justiça doméstica, sendo 6 casos coletivos; d) estabelecimento de parceria com MPE e MPF; e) Banco de dados em construção - legislação temática reunida e disponível em formato eletrônico para envio via email; f) Estabelecimento de parceria com mais de 35 org. da sociedade civil para apresentação de casos de violação de dh (ex. AMAR, Escola de Gente, etc); g) criação de banco de horas de advocacia pro bono para ongs de direitos humanos; estímulo à cultura da solidariedade através de encaminhamento de casos jurídicos de grupos de direitos humanos a advogados cadastrados no Instituto Pro Bono.	<u>Outras atividades realizadas, mas não previstas originalmente:</u> 1) Desenvolvimento, IPB em parceria com PNUD, de pesquisa sobre CIC – Centro de Integração da Cidadania - São Paulo (2004); 2) Participação como <i>experts</i> em duas audiências promovidas na CIDH (2005); 3) Parceria com grande escritório penal (Reali Advogados Associados) para atendimento jurídico de mulheres vítimas de violência sexual (Casa da Saúde da Mulher) – mais de 250 atendimentos; 4) Parceria com Ashoka para atender demandas jurídicas dos fellows de forma pro bono; 5) Co-realização de Conferência sobre Direitos das Crianças e Adolescentes em parceria com AMAR, reunindo mães de diversos estados (AASP, 2005) 6) Participação em diversos seminários e encontros, destacando-se o Encontro Ibero-americano do Terceiro Setor (Avina, 2005). 7) Construção de relações estreitas com a mídia - mais de 50 artigos jornalísticos (até final de 2005) sobre a advocacia paradigmática e sobre infância em situação de risco; 8) Artigo 1º selecionado como experiência bem-sucedida na Oficina Nacional Sobre Estratégias de Combate à Violência Institucional contra Crianças e Adolescentes (UNICEF);
--	--	--

Comentários sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades. Os resultados obtidos superaram as expectativas, pelos seguintes motivos: (1) criação de uma cultura pro bono, (2) fortalecimento de novas formas de acesso à justiça gerando impacto e inovações na jurisprudência, (3) consolidação de parcerias com advogados e organizações da sociedade civil e (4) grande exposição na mídia. No entanto, as atividades desenvolvidas tiveram pouca integração com as organizações da Rede.

SUR - REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS

Pesquisa

Ojetivo Específico: promover pesquisas entre os membros da Rede Sur sobre temas comuns às universidades envolvidas		
<u>Atividades previstas</u> a) Concepção da Revista Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos: a.1) Promover um espaço de discussão para pesquisadores do sul; a.2) Buscar oferecer diagnósticos a problemas locais e regionais relacionados aos direitos humanos; b) Realização de pesquisas comparativas entre os membros da Sur, obedecendo a critérios pré-estabelecidos no projeto: O papel da Sur como facilitadora das pesquisas será: b.1) Financiar um numero limitado de viagens e encontros para aperfeiçoar as pesquisas; b.2) Facilitar a comunicação entre os membros para a realização de pesquisas; b.3) Auxiliar na produção de publicações sobre as pesquisas. b.4) Facilitar a discussão iniciada em janeiro de 2003 sobre potencial pesquisa sobre a Convenção dos Direitos da Criança, proposta por um integrante da Rede; b.5) Facilitar a discussão iniciada sobre eventual pesquisa comparativa sobre Acesso à Justiça, envolvendo universidades da África, Oriente Médio e América Latina.	<u>Atividades realizadas</u> a) Revista Sur: 3 números da Revista publicados, impresso e <i>online</i>, em três línguas, 3200 exemplares, distribuído a 104 países (vale ressaltar que o projeto previa a publicação em dois volumes: português + espanhol e inglês) a.1) (1) levantamento preliminar sobre revistas acadêmicas do sul; (2) formação de grupos de reflexão (KDG) - ver programa de educação; (3) diversos artigos da Revista ligados aos encontros da Sur. a.2) Grande parte dos artigos da Revista Sur é sobre problemas locais e regionais. b) Em relação às pesquisas comparadas: b.1) (1) 4 encontros dos grupos de reflexão realizados (KDG) e (2) apoio à participação de membros da Sur em diversos eventos internacionais. b.2) (1) Portal e site criados (2) comunicação direta com membros via email e (3) interação por meio de participação em encontros. b.3) (1) Auxílio à publicação sobre direitos humanos e criança e adolescente - Fundación Sur Argentina e (2) artigos sobre comércio e DH e Clínicas Legais e DH disponíveis no Portal. b.4) Discussão facilitada e publicação de Livro sobre DH e criança e adolescentes - Fundación Sur Argentina. b.5) Artigos sobre acesso à justiça na Am. Latina e África do Sul produzidos (KDG) e disponíveis <i>online</i>.	<u>Outras atividades realizadas, mas não previstas originalmente</u> 1) Publicação sobre reparações em casos de violação de direitos humanos, coordenada por um membro da Sur na África do Sul (em processo de revisão final). 2) Pesquisa sobre DH e política externa: "Política externa e direitos humanos: o Brasil na Comissão de Direitos Humanos da ONU". Lançamento do relatório realizado em São Paulo (USP) e Brasília (Audiência Pública na Câmara dos Deputados), em 2005.
Comentário sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades As atividades foram estabelecidas em termos amplos, o que dificulta uma correlação precisa com as ações realizadas. No que se refere à Revista Sur, muitos artigos vieram a partir das discussões realizadas durante o Colóquio e os grupos de reflexão (KDG). O impacto da Revista foi extremamente positivo, identificado por uma significativa lista de assinantes (mais de 2000) e pela repercussão positiva (medida informalmente e por meio de comentários recebidos por assinantes e parceiros).		

SUR - REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS

Educação

Objetivo Específico: fortalecer a educação e treinamento em direitos humanos nas universidades do sul bem como o intercâmbio de experiências e estratégias para o desenvolvimento de currículos de direitos humanos nas universidades.

<u>Atividades previstas</u> a) Co-organização do Colóquio: a.1) Expandir a colaboração entre o Consórcio Universitário com outras universidades; a.2) Diversificar a localização do evento pedindo a membros da Sur para fazê-lo em seus países; a.3) Realizar um encontro anual da Sur no Colóquio; a.4) Viabilizar financeiramente a vinda dos palestrantes ao Colóquio. b) Produção de material educacional em direitos humanos: b.1) Realizar ao menos um curso de educação à distância nos próximos anos. b.2) Avançar na discussão sobre a redação de um livro de 300 páginas para cursos de graduação. c) Pesquisa sobre Currículos de direitos humanos: c.1) Coletar e sistematizar informação; c. 2) Disponibilizar informação em base de dados; c.3) Desenvolver currículos-modelo, por meio do grupo de educação da Rede Sur. c.4) Promover debate visando melhorar a qualidade dos programas de educação existentes.	<u>Atividades realizadas</u> a.1) A partir de 2003, Sur assumiu com Conectas a responsabilidade pela organização anual do Colóquio (ver programa de educação – Conectas); a.2) (1) Em 2004, foram realizadas consultas com Universidades da África do Sul para realização do Colóquio – sem sucesso (2) A Universidade de Ghana realizará mini-colóquio, em 2006, com apoio da Sur. a.3) Desde 2002 foram realizados encontros durante o Colóquio – em 2004 e 2005 sob forma de grupos de reflexão – KDGs (ver 3.3). a.4) Sur viabilizou a vinda dos palestrantes para o Colóquio (em média 30 por ano, desde 2003). b.1) (1) CD-Rom “Questões e Idéias Contemporâneas sobre Dh”, (2) Mês da ONU (outubro 2003), (3) Materiais disponíveis on-line. b.2) (1) Publicação de código anotado sobre direito internacional dos direitos humanos (no prelo, 2006); (2) Publicação de livro de casos de direitos humanos no Brasil (lançamento início 2006) (Ed. Malheiros) c.1) Pesquisa realizada na África e Am. Latina (2004) - compilação de 97 currículos (disponíveis no Portal ConectaSur). c.2) Disponibilização no Portal ConectaSur (2005). c.3) Em andamento com integrante da Sur (Flavia Piovesan). c.4) (1) Debate promovido durante os 9 encontros realizados pela Sur (2) No Cairo, criação de uma rede regional de educação em direitos humanos.	<u>Outras atividades realizadas, mas não previstas originalmente</u> 1) Criação de 3 Grupos de Reflexão – KDG: acesso à justiça (2 encontros), segurança e direitos humanos (1 encontro e uma ação coletiva junto à OEA), comércio e direitos humanos (1 encontro e 1 oficina de capacitação em parceria com Rebrip). 2) Participação em debates, cursos nacionais e internacionais de formação em DH: ▪ Curso ministrado na <i>International Human Rights Academy</i> – Holanda (2004); ▪ Participação em reunião sobre "Avaliação em Direitos Humanos", promovido pelo Carr Center for Human Rights – Harvard, EUA (2005); ▪ Participação em reunião organizada pela OCDE sobre mesmo tema – Paris, França (2005).
--	--	---

Comentário sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades

O objetivo específico foi atingido. Além disso, as atividades propiciaram a aproximação de acadêmicos e ativistas.

SUR - REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS

Ação Transversal

Objetivo Específico: apoiar os programas mencionados acima, por meio da criação de instrumentos de comunicação visando garantir a troca de informação, de oportunidades e fortalecimento das boas relações de trabalho entre os membros da Rede Sur.

<u>Aividades previstas</u>	<u>Atividades realizadas</u>	<u>Outras atividades realizadas, mas não previstas</u>
a) Desenvolver um portal de Internet interativo, em três línguas, para facilitar a troca de informações e idéias e a colaboração em projetos conjuntos (Portal ConectaSur); b) Desenvolver uma base de dados de especialistas em direitos humanos de universidades do Sul, em colaboração com OHCHR. Esta base de dados será composta por <i>perfis</i> dos membros da Sur. c) Realizar encontros de membros da rede, para aprofundar colaborações, pesquisas e conceitos de direitos humanos além de consolidar a ligação entre os membros.	a) Portal ConectaSur desenvolvido (versão antiga e nova), em três línguas, sendo atualizado e aperfeiçoado diariamente; b) Devido a dificuldades tecnológicos, atividade realizada em duas etapas: (1) Elaboração de Diretório virtual (www.surnet.org), (2) Consolidação de novo sistema e preenchimento dos perfis (em andamento); c) (1) 9 encontros entre membros da Rede Sur realizados (durante cada colóquio desde 2002, durante simpósio OHCHR na Universidade de Columbia em NY – 2003, durante Moot Courts desde 2003, no Cairo em 2004) (2) Criação, pela Sur, de uma rede regional de educação em direitos humanos – Cairo e (3) Laços estreitos entre Fundación Sur Argentina e Artigo 1º.	1) Co-organização de Simpósio sobre OHCHR com Columbia University – Nova York (2003); 2) Realização de Seminário sobre ONU e Sociedade Civil (USP, 2003); 3) Parceria no lançamento e membro da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (PUC-SP, 2004); 4) Parceria com GFN na área de Segurança e Direitos Humanos.
Comentário sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades Os resultados obtidos pelas atividades acima contribuíram para o fortalecimento dos elos entre os membros da Sur além do fortalecimento institucional da Rede Sur, como ator na área dos direitos humanos. Vale ressaltar que a aposta inicial no portal interativo como ferramenta de comunicação entre os membros da Rede Sur foi sendo relativizada conforme se verificou a importância dos encontros presenciais, de um lado, e o aperfeiçoamento da parte tecnológica, de outro.		

SUR - REDE UNIVERSITÁRIA DE DIREITOS HUMANOS

Justiça

Objetivo Específico : desenvolver e apoiar a litigância e outras práticas jurídicas em direitos humanos, dentro e fora das universidades, visando promover o acesso à justiça.

Atividades previstas:

a) Promoção e expansão dos serviços pro bono na área dos direitos humanos:

- a.1) Fortalecer a incorporação da prática pro bono na educação legal, ligando os programas universitários às iniciativas pro bono;
- a.2) Promover discussão contínua sobre advocacia pro bono no âmbito nacional e regional;
- a.3) Auxiliar na realização da conferência internacional sobre prática pro bono;
- a.4) Produzir informação para um fórum acessível a advogados e estudantes universitários na Internet;

b) Fortalecimento das clínicas legais universitárias:

- b.1) Realizar workshops para compartilhar boas práticas e estabelecer estratégias de ação;
- b.2) Ligar membros da rede com experiência em clínicas legais para auxiliar o fortalecimento e a formação de clínicas;
- b.3) Colaborar com o OHCHR para promover boas práticas nessa área;

c) Centros de direito constitucional:

- c.1) Facilitar a ação em parceria para ligar universidades e organizações que trabalham com direito constitucional;
- c.2) Promover a implementação de tratados de direitos humanos da ONU em âmbito local;
- c.3) Continuar apoiando as iniciativas do Programa Artigo 1º no Brasil;
- c.4) Facilitar, junto a Rede SUR, a troca de experiências, pesquisas comparativas, projetos de capacitação para o trabalho cooperativo com a ONU e centros de direito constitucional.

Atividades realizadas:

- a.1) Palestras em diversas universidades expondo e fomentando a advocacia pro bono; participação na elaboração da regulamentação da advocacia pro bono; realização do grupo de reflexão (KDG) sobre acesso à justiça.
- a.2) Participação em diversos seminários nacionais e internacionais sobre pro bono (ex. Encontro Regional de Advocacia Pro Bono no Chile - 2003, New Tactics na Turquia e Peru e Seminário sobre Pro Bono em Nova York - 2003 e 2004); fomento de iniciativas pro bono da advocacia pro bono para outras cidades/estados;
- a.3) Organização do seminário internacional pro bono em São Paulo (2003) com presença de mais de 250 advogados (13 palestrantes internacionais) e publicação posterior ao evento;
- a.4) Construção de site sobre advocacia pro bono e lançamento de nova versão em janeiro de 2006;
- b.1) (1) Parceria com escritório modelo da PUC/SP; (2) participação no 1º encontro de clínicas legais (Durban); (3) discussão sobre clínicas legais no KDG - acesso à justiça; (4) Influência na criação de Clínica Legal no Chile por integrante da Rede DiálogoDH; (5) Realização de clínica legal piloto com estudantes universitários e intercambistas, em parceria com a PUC/SP;
- b.2) Troca de experiências com membros da Rede SUR sobre clínicas legais; seminários semanais com estudantes de Brasil, Angola e Moçambique sobre sistemas regionais de proteção dos direitos humanos;
- b.3) Apesar das boas relações não foi consolidada nenhuma atividade substantiva.
- c.1) Elaboração de 1 Amicus Curiae e 1 Relatório enviados às instâncias internacionais de proteção dos direitos humanos (OEA - Caso Urso Branco) como consequência da parceria com PUC-SP para clínicas legais;
- c.2) Utilização da legislação internacional como fundamentação jurídica em ações judiciais visando sua implementação em âmbito local - elaboração de 21 Amici Curiae à Corte Suprema envolvendo temas de direitos humanos diversos;
- c.3) Apoio às iniciativas do programa Artigo 1º através da parceria com advogados pro bono e elaboração das estratégias jurídicas a serem seguidas;
- c.4) Estabelecimento de parcerias com Fundación Sur Argentina e com Grupo de Organizações de Direitos Humanos da Região da América Latina.

Outras atividades realizadas, mas não previstas originalmente:

- 1) Atendimento jurídico a mulheres vítimas de violência sexual em parceria com a UNIFESP- Medicina (Casa da Saúde da Mulher);
- 2) Participação na criação do Fundo Brasil de Pequenas Ongs;
- 3) Elaboração de cartilha para o terceiro setor (versão on-line e impressa);
- 4) Atendimento, pelo IPB, interno de causas jurídicas de ongs;
- 5) Capacitação de estudantes universitários em direitos humanos no CDH;
- 6) Publicação sobre os 21 casos enviados à Corte Suprema através dos Amici Curiae (no prelo, 2006) ;
- 7) Publicação sobre acesso a terras para comunidades quilombolas em parceria com a SBDP
- 8) Publicação, em inglês e espanhol, de manual sobre advocacia pro bono (parceria com New Tactics).

Comentário sobre os resultados obtidos, a partir desse conjunto de atividades.

No geral os resultados obtidos em âmbito nacional foram positivos, introduziu-se uma nova cultura jurídica e novas estratégias jurídicas pela efetivação dos direitos humanos. São Paulo foi escolhida para a ser a sede do Seminário Internacional Pro Bono (2003). No campo de litigância internacional, os resultados são modestos, porém ocorrem avanços significativos. Quanto aos centros de direito constitucional, priorizou-se a implementação e consolidação do Artigo 1º.